



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

Joseane Fernandes Reis

“Se eram livres, por que continuavam ali?”: Reflexão sobre a perpetuação de mulheres negras
na precariedade do trabalho

Juiz de Fora

2025

JOSEANE FERNANDES REIS

“Se eram livres, por que continuavam ali?”: Reflexão sobre a perpetuação de mulheres negras na precariedade do trabalho

Trabalho de Conclusão de Curso, como requisito parcial para elaboração da monografia ou projeto experimental de conclusão do curso em serviço social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientadora: Dra. Fernanda Picinin

Juiz de Fora
2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Reis, Joseane Fernandes.

"Se eram livres, por que continuavam ali?": Reflexão sobre a perpetuação de mulheres negras na precariedade do trabalho / Joseane Fernandes Reis. -- 2025.

91 p.

Orientadora: Fernanda Picinin Moreira

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, 2025.

1. mulheres negras. 2. precarização do trabalho. 3. racismo. 4. feminismo negro. 5. capitalismo. I. Moreira, Fernanda Picinin, orient.
II. Título.

JOSEANE FERNANDES REIS

Trabalho de Conclusão de Curso, como requisito parcial para elaboração da monografia ou projeto experimental de conclusão do curso em serviço social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Aprovada em 22 de Agosto de 2025

BANCA EXAMINADORA

Dra. Fernanda Picinin
Orientadora da Universidade Federal de Juiz de Fora

Ms. Jéssica Duboc

Ms. Sandra Rodrigues



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

GRADUAÇÃO EM Serviço Social

Formato da Defesa: (x) presencial () virtual () híbrido

Ata da sessão (x) pública () privada referente à defesa do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **“Se eram livres, por que continuavam ali?”: Reflexão sobre a perpetuação de mulheres negras na precariedade do trabalho**, para fins de obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social, pelo(a) discente Joseane Fernandes Reis (matrícula 202068005), sob orientação da Prof.^(a) Dr^(a) Fernanda Picinin Moreirae coorientação da Prof. ^{a)} Dr^(a) _____, na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Aos 22 dia do mês de Agosto do ano de 2025 , às 16 horas, na sala 6 da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), reuniu-se a Banca examinadora, composta pelos seguintes membros:

Titulação	Nome	Na qualidade de:
Dra	Fernanda Picinin Moreira	Orientadora
Ma	Jessica Ribeiro Duboc	Membro da banca
Ma	Sandra Rodrigues dos Santos	Membro da banca

*Na qualidade de (opções a serem escolhidas):

- Orientador (a)
- Coorientador
- Membro da banca

AVALIAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

Tendo o(a) senhor(a) Presidente declarado aberta a sessão, mediante o prévio exame do referido trabalho por parte de cada membro da Banca, o(a) discente procedeu à apresentação de seu Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação e foi submetido(a) à arguição pela Banca Examinadora que, em seguida, deliberou sobre o seguinte resultado:

(x) APROVADO

() REPROVADO, conforme parecer circunstanciado, registrado no campo Observações desta Ata e/ou em documento anexo, elaborado pela Banca Examinadora

Nota: 100

Observações da Banca Examinadora caso haja necessidade de anotações gerais sobre o Trabalho de Conclusão de Curso e sobre a defesa, as quais a banca julgue pertinentes

Nada mais havendo a tratar, o(a) senhor(a) Presidente declarou encerrada a sessão de Defesa, sendo a presente Ata lavrada e assinada pelos(as) senhores(as) membros da Banca Examinadora e pelo(a) discente, atestando ciência do que nela consta.

INFORMAÇÕES

Para fazer jus ao título de bacharel, a versão final do Trabalho de Conclusão de curso, considerado Aprovado, devidamente conferida pela Secretaria do Curso de (colocar o nome do curso), deverá ser tramitada para o Repositório Institucional, dentro do prazo de 72 horas da realização da banca.

Juiz de Fora, 12 de agosto de 2025.

Assinatura digital dos membros da Banca Examinadora



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Picinin Moreira, Professor(a)**, em 25/08/2025, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jéssica Ribeiro Duboc, Professor(a)**, em 25/08/2025, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sabrina Pereira Paiva, Professor(a)**, em 26/08/2025, às 14:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joseane Fernandes Reis, Usuário Externo**, em 26/08/2025, às 15:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Rodrigues dos Santos, Professor(a)**, em 27/08/2025, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2548419** e o código CRC **D9C82F6C**.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

FORMULÁRIO DE APROVAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Discente	Joseane Fernandes Reis
Matrícula Discente	202068005
Título do TCC	“Se eram livres, por que continuavam ali?”: Reflexão sobre a perpetuação de mulheres negras na precariedade do trabalho
Natureza do trabalho	Trabalho de Conclusão de Curso
Curso	Serviço Social
Orientador(a)	Prof. Dra. Fernanda Picinin Moreira
Coorientador (se houver)	
Data da aprovação	22 de agosto de 2025
Nome, titulação dos(as) componentes da banca	Prof. Dra. Fernanda Picinin Moreira (Orientadora) Prof. Ma. Jessica Ribeiro Duboc Prof. Ma. Sandra Rodrigues dos Santos

Aprovo a versão final do Trabalho de Conclusão de Curso do(a) discente acima designado(a).

Juiz de Fora, 12 de agosto de 2025.

Assinatura digital do Orientador(a)



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Picinin Moreira, Professor(a)**, em 25/08/2025, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o



código verificador **2548420** e o código CRC **FAA1FCF0**.

Dedico este trabalho aos meus pais, Rita e Josemar, que por tanto acreditarem em mim, me ensinaram a acreditar em mim mesma. Serei eternamente grata.

AGRADECIMENTOS

O processo de escrita, apesar de aparentemente solitário, é atravessado constantemente pela presença do afeto e do incentivo daqueles que, com apoio, tornam a conclusão do trabalho uma possibilidade concreta.

Por isso quero agradecer à família construída com muito amor em Juiz de Fora, pelo apoio incondicional e pelo carinho durante minha turbulenta caminhada nessa cidade. À, Anderson, Dilla, Luana e Vitória, a república Olimpo surgiu como um lar que nunca imaginei encontrar, obrigada pela atenção, carinho e afeto. Levarei comigo, para sempre, tudo o que construímos juntos. À Marcella, sua amizade esteve presente nos momentos mais difíceis, obrigada pelo apoio constante, seguimos juntas na alegria e na tristeza. Aos meus queridos amigos, Bianca e Matheus, de quem sinto saudades extremas, a presença de vocês tornou minha trajetória mais alegre, obrigada por acreditarem em mim. À Rayssa, muito obrigada pelas conversas e pelas palavras de conforto.

À Isabella, expresso minha profunda gratidão pelo amor, carinho e paciência em todos os momentos. Sua presença foi essencial para que esse processo, mesmo diante das incertezas, se tornasse mais leve.

À minha querida amiga Ana, sou grata pelo genuíno carinho que acompanha nossa amizade por todos esses anos. Apesar da distância, manteve seu apoio constante.

À comunidade acadêmica, agradeço enormemente pela oportunidade de refletir, crescer e partilhar durante o período de graduação. À Intecoop, minha gratidão por todas as pessoas incríveis que cruzaram meu caminho por meio deste projeto. À professora Fernanda, obrigada pela orientação sempre cuidadosa e atenta, sua dedicação tornou esse trabalho possível.

Por fim, registro meu sincero agradecimento aos meus pais, Rita e Josemar, por toda confiança e credibilidade depositada em mim. Sei que foi graças ao esforço de ambos que cheguei até aqui. Obrigada por todo carinho e amor durante minha trajetória, espero sempre poder orgulhá-los. Aos meus irmãos, Ariane e Victor, pelas palavras de encorajamento e pelo suporte constante durante essa trajetória. À minha prima Brenda, muito obrigada pelas ligações e pelo afeto nos momentos difíceis. A toda minha família, quero agradecer pelo suporte e carinho. Mesmo longe de casa, nunca me senti distante de vocês.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo central analisar as condições de precarização do trabalho de mulheres negras, a partir das determinações estruturais de raça, gênero e classe que operam na sociedade capitalista, racista e patriarcal brasileira. Ancorada no método materialista histórico-dialético, a investigação busca apreender a essência do objeto para além de sua aparência fenomênica, articulando teoria e prática na análise das opressões que atravessam a vida dessas mulheres. A abordagem metodológica será qualitativa e composta por duas etapas complementares: uma pesquisa bibliográfica exploratória, que se debruça sobre produções teóricas e estudos recentes acerca da relação entre capitalismo, raça e gênero, e uma pesquisa empírica, desenvolvida por meio de grupo focal em formato de roda de conversa. Essa etapa será realizada com mulheres negras trabalhadoras do município de Juiz de Fora, especialmente aquelas inseridas na Economia Solidária e atuantes em movimentos sociais como o Fórum de Economia Solidária e do Movimento Negro Unificado (MNU). A pesquisa reafirma o compromisso ético-político do Serviço Social com a classe trabalhadora e com a luta contra a ordem burguesa, incorporando a dimensão investigativa como ferramenta de desnaturalização das desigualdades estruturais. Ao centralizar as vozes e experiências das mulheres negras, pretende-se contribuir para a construção de conhecimentos críticos que tensionam as bases da exploração e apontem para a emancipação humana.

Palavras-chaves: Mulheres negras, precarização do trabalho, racismo, feminismo negro, capitalismo

ABSTRACT

This research aims to analyze the precarious working conditions of Black women, based on the structural determinants of race, gender, and class that operate within Brazilian capitalist, racist, and patriarchal society. Anchored in the historical-dialectical materialist method, the study seeks to grasp the essence of the object beyond its phenomenal appearance, articulating theory and practice in the analysis of the multiple forms of oppression that shape these women's lives. The methodological approach is qualitative and consists of two complementary stages: an exploratory bibliographic review, focusing on theoretical works and recent studies on the intersections of capitalism, race, and gender; and empirical research, developed through a focus group organized in the form of a conversation circle. This stage will be carried out with Black working women in the city of Juiz de Fora, particularly those involved in Solidarity Economy initiatives and active in social movements such as the Solidarity Economy Forum and the Unified Black Movement (MNU). The research reaffirms the ethical-political commitment of Social Work to the working class and to the struggle against the bourgeois order, incorporating the investigative dimension as a tool to denaturalize structural inequalities. By centering the voices and experiences of Black women, the study aims to contribute to the construction of critical knowledge that challenges the foundations of exploitation and points toward human emancipation.

Keywords: Black women, labor precarization, racism, black feminism, capitalism

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL E A EXCLUSÃO DE PESSOAS NEGRAS	15
1.1 Construção do sistema capitalista: qual o lugar imposto ao ex-escravizado?.....	16
1.2 Desumanização da mulher negra enquanto aliada da naturalização da precariedade..	26
2 MULHERES NEGRAS NO MUNDO DO TRABALHO CONTEMPORÂNEO.....	34
2.1 Trabalho e alienação: Os limites da liberdade no capitalismo.....	35
2.2 Mulheres negras e as possibilidades frente ao avanço da precarização do trabalho...	46
3 CAMINHOS METODOLÓGICOS, CONTEXTO DA PESQUISA, VIVÊNCIAS NEGRAS	59
3.1 Caminhos Metodológicos.....	60
3.2 As participantes e suas vivências.....	63
3.2.1 Meninas trabalhadoras e o sustento familiar: “A mulher negra nunca lutou para trabalhar, ela sempre trabalhou”.....	64
3.2.2 O pertencimento no âmbito da educação: “Aqui realmente não é meu lugar”.....	70
3.2.3 Os movimentos sociais na luta pelo futuro digno de pessoas negras: “Precisa ensinar para o adolescente negro que ele é capaz.”.....	76
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80

INTRODUÇÃO

A seguinte pesquisa surge enquanto oportunidade de aprofundar sobre questionamentos que acumulei ao longo dos anos. Minha observação enquanto uma jovem negra, com o entorno majoritariamente negro e feminino, justifica a intencionalidade dessa pesquisa, voltada para problematizar a realidade de mulheres negras no Brasil. Esses questionamentos que brotavam enquanto pequenas percepções e casos isolados na infância, hoje são compreendidos por um outro olhar, mais atento e crítico, o qual enxerga um antes e depois na história, estruturas e ciclos que conversam e se perpetuam.

Portanto, a construção dessa pesquisa se configura enquanto a minha resposta para essas inquietações, se trata da oportunidade de desnaturalizar a realidade violenta e limitada vivenciada por mulheres negras, respondendo assim, aos porquês das condições precárias de trabalho, portanto, de vida, de minha mãe, tias e avós.

“Se eram livres, por que continuavam ali? Por que, então, tantos e tantas negras na senzala? Por que todos não se arribavam à procura de outros lugares e trabalhos?”¹, essa indagação feita pela personagem Ponciá Vicêncio de Conceição Evaristo, conversa com minhas dúvidas de infância acerca da vivência de pessoas negras - porque mulheres negras continuam com possibilidades restritas de mudanças? Porque ainda existem tantos obstáculos para a conquista e para a perspectiva de um futuro melhor para elas? - apesar dessa realidade no momento de Ponciá, remeter ao período pós “abolição” e retratar a violência vivida por pessoas negras “recém libertas” sem suporte, é possível realizar um paralelo com a problematização que trago nesta pesquisa.

A perspectiva norteadora da pesquisa está voltada para a análise da interseção entre capital, raça e gênero com ênfase na relação de mulheres negras com o trabalho. Esse enfoque busca problematizar as condições de exploração e opressão que as mantém em postos precarizados. A construção dessa problematização seria superficial sem a aproximação com os debates acerca das determinações de raça e gênero, sendo portanto, a perspectiva analítica de interseccionalidade, desenvolvida por Crenshaw (2002), essencial para pensar o rebatimento dos determinantes de gênero e de raça sobre as mulheres negras de forma específica e atravessada.

¹ Evaristo, Conceição. *Ponciá Vicêncio*. 4. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, p.12, 2007.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (Crenshaw, 2002, p.177)

Portanto, ancorada na perspectiva de totalidade da teoria social marxista e alinhada a análise da interseccionalidade de Crenshaw, para além de contribuições de diferentes autoras do feminismo negro e do feminismo marxista, cria-se um terreno fértil para a investigação das relações entre raça, gênero e classe que perceba, e se aproxime, tanto dos estudos acerca da estrutura da sociabilidade burguesa e a essencialidade do trabalho quanto das determinações de raça e gênero, reafirmando e destrinchando sua conexão para o desenvolvimento da sociedade capitalista e a necessidade para sua reprodução.

Inicialmente, para a compreensão mais aprofundada acerca da relação mulher negra e trabalho, é necessário perpassar pelas determinações de raça e gênero na sociedade, visto que, essas determinações sustentam a precarização estrutural do trabalho de mulheres negras e, no mesmo processo, naturalizam sua reprodução social em condições de exploração e opressão. Como denunciado em Gonzalez (2020):

(...) Numa sociedade onde a divisão racial e a divisão sexual do trabalho fazem dos negros e das mulheres trabalhadores de segunda categoria, no conjunto dos trabalhadores já por demais explorados (afinal, sobre quem recai o peso da recessão?); numa sociedade onde o racismo e o sexismo, enquanto fortes sustentáculos da ideologia de dominação, fazem dos negros e das mulheres cidadãos de segunda classe, não é difícil visualizar a terrível carga de discriminação a que está sujeita a mulher negra. (Gonzalez, 2020, p.98)

Nesse sentido, ao analisar o processo de precarização do trabalho e os sistemas que constituem sua perpetuação, reconhece o sistema capitalista fundamentado pela extração de mais-valia, portanto exploração da força de trabalho, para seu desenvolvimento e, portanto, produtor e reprodutor das relações de exploração e a opressão da classe trabalhadora, sendo a análise crítica dessa dinâmica fundamental para a compreensão das determinações de raça e gênero nesse contexto. Ao focalizar no lugar imposto às mulheres negras nesse processo, pontua-se que:

A dimensão racial nos impõe uma inferiorização ainda maior, já que sofremos, como as outras mulheres, os efeitos da desigualdade sexual. Na verdade, ocupamos o polo oposto ao da dominação, representado pela figura do homem branco e burguês. Por isso mesmo constituímos o setor mais oprimido e explorado da sociedade brasileira. (Gonzalez, 2020, p.98)

Assim, para a construção dessa problematização se faz necessário o aprofundamento sobre a história de pessoas negras no Brasil, analisando o período escravocrata e suas sequelas que perpetuam até os dias atuais. A violência legalizada nos tempos coloniais reverbera de diferentes formas na população negra brasileira atuante, seja através da supressão e da marginalização de sua cultura, através dos estigmas vinculados aos seus corpos ou através da situação comumente precária vivida pelos seus pares.

Diferente do período colonial, a visão do corpo negro enquanto um não ser, não é mais violentamente legalizada, constituída e disseminada, porém, de forma menos aparente, atinge corpos negros sistemicamente os mantendo à margem. Para a compreensão do lugar do negro na sociedade estruturada a partir das necessidades do capital.

(...) o sistema se beneficia com a manutenção de tais condições, na medida em que, desse modo, conserva a sua disposição a mão-de-obra mais barata possível. Isto porque a comunidade negra nada mais é do que mão de obra de reserva, utilizável segundo as necessidades do sistema. (Gonzalez, 2022, p.16)

Dessa forma, para compreensão do cenário de precarização comumente vivenciado por pessoas negras é imprescindível se aprofundar na estruturação do capitalismo e no uso da estrutura racista para a naturalização da exploração e opressão de pessoas negras. Assim, ao realizar um recorte da realidade de mulheres negras, é possível observar diversas intersecções que interferem na totalidade da vida social, visto que, em uma sociedade racista e patriarcal, para além das determinações de raça, o gênero se apresenta enquanto aspecto fundamental para a reprodução de suas vidas.

Nesse sentido, pela perspectiva do trabalho, de acordo com um estudo realizado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do IBGE, mulheres negras estão majoritariamente representadas em trabalhos informais e de baixa remuneração, visto que, no 2º tri de 2024, dentre os 7,5 milhões de desocupados, 6,7% eram mulheres não negras e para mulheres negras a taxa era de 10,1% (Brasil, 2024).

Os dados supracitados reafirmam a necessidade desse trabalho, visto que, apesar das mudanças oriundas das própria luta e organização política do movimento negro, ainda persiste uma desigualdade estruturante desse sistema.

Apresenta-se assim, a centralidade do trabalho para a reprodução da vida, e enquanto incômodo norteador a compreensão das determinações de raça e gênero, enraizadas na sociedade patriarcal, racista e capitalista brasileira que sustentam a precarização estrutural do trabalho de mulheres negras, naturalizando sua reprodução social em condições de opressão e

exploração. A pesquisa pretende assim problematizar a permanência de mulheres negras em trabalhos precários como, por exemplo, voltados para atividades braçais e sem acesso a direitos trabalhistas.

Para auxiliar na caminhada de compreensão dessa estrutura preestabelecida pelo capital que obstaculiza mudanças estruturais para mulheres negras, a relação com o trabalho é fundamental, recorrendo assim a perspectiva materialista, histórica e dialética de Marx, que realiza uma leitura crítica do sistema capitalista e da relação opressão-exploração, compreendendo que, “o capitalismo não é apenas um padrão de produção: trata-se de um amplo, complexo e expansivo processo histórico-social e político-econômico. Seria, portanto, *necessariamente* ligado ao racismo e ao sexismo (...)” (Federici apud Barroso, 2018)”. Nesse sentido, entender o trabalho de mulheres negras enquanto constituinte da produção e reprodução do capital, perpassa por compreender as relações raciais e de gênero enquanto ferramentas de naturalização da reprodução das desigualdades nesse sistema.

Para a construção da reflexão acerca do lugar imposto a mulheres negras, autoras(es) como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Beatriz Nascimento, Angela Davis, bell hooks, Clovis Moura, Frantz Fanon, Heleieth Saffioti e Karl Marx são fundamentais. Permitindo a aproximação de diferentes frentes essenciais para o debate como: a ampliação do entendimento sobre o conceito de raça e de gênero, a partir da aproximação com o feminismo negro e com a centralidade da mulher negra para a reprodução do trabalho, a apropriação da noção de gênero desenvolvida, como também da produção e reprodução do capital, refletindo sobre o mundo capitalista e suas relações.

Para além das(os) pensadoras(es) supracitadas, ao longo da pesquisa, diversas produções serão acessadas para maior bagagem teórica, visto que, de formas específicas, complementam a pesquisa e se conectam para a problematização do papel social instituído para pessoas negras, sobretudo, mulheres negras no Brasil.

Nesse sentido, foi construída uma análise aprofundada da relação patriarcado-raça-capital, problematizando seriamente o ciclo de naturalização da condição de pessoas negras à precariedade, principalmente de mulheres, apontando os diversos obstáculos estruturais que impõem às mulheres negras o não acesso ao trabalho que promova a reprodução da vida social digna. Expondo assim, o ciclo de impossibilidades que o capitalismo oferece para essas mulheres, pela perspectiva das determinações de raça e gênero as quais constroem um muro que as mantém na vida social precária.

Se aprofundar acerca da história de pessoas negras no Brasil se apresenta enquanto uma forma de questionar a realidade, retomando aspectos caros à formação social brasileira, e

logo, da sociedade como hoje posta. Dessa forma, ao analisar os mecanismos que perpetuam a precariedade vivida por mulheres negras e suas origens, a pesquisa problematiza a relação das opressões de raça e de gênero intrínsecas ao processo de exploração, e logo, para a construção dessa sociedade capitalista, racista e patriarcal.

Pelo prisma da categoria profissional, é possível reconhecer esforços realizados para uma apropriação e ampliação de discussões dessa temática no meio acadêmico, como apresentado no ABEPSS ITINERANTE de 2024, com o tema “As Diretrizes Curriculares, o debate étnico-racial e os projetos pedagógicos”, - “estas ações em conjunto, confrontam e desnaturalizam o mito da democracia racial, a meritocracia, o racismo institucional e acadêmico que dão, ainda, a tônica de uma universidade seletiva e pouco democrática.” (ABEPSS, 2024). Nesse sentido, a aproximação com esse tema possibilita maior enriquecimento acerca do debate étnico racial, diante da escassez de produção voltada para esse debate no interior da categoria.

Para além das necessidades de aproximações que visem ao preparo profissional e à ampliação de conhecimentos das diferentes expressões da “questão social”, é fundamental destacar o caráter investigativo da profissão. A ação profissional exige para além da intervenção técnica, demandando da profissional um olhar crítico e analítico sobre a realidade posta.

Aqui se coloca a dimensão investigativa: ela é a dimensão do novo – questiona, problematiza, testa as hipóteses, permite revê-las, mexe com os preconceitos, estereótipos, crenças, superstições, supera a mera aparência, por questionar a “positividade do real”. Permite construir novas posturas visando a uma instrumentalidade de novo tipo: mais qualificada, o que equivale a dizer: eficiente e eficaz, competente e compromissada com os princípios da profissão. (Guerra, 2009 ,p.16)

E, principalmente, é possível reconhecer essa temática coerente com o Código de Ética e com o Projeto Ético Político hegemônico da profissão, diante do posicionamento do Serviço Social contrário às expressões da “questão social” e aliado à classe trabalhadora, Iamamoto (2013). Logo, essa pesquisa carrega o compromisso ético e político da categoria, contrário a sociedade capitalista, racista e patriarcal, e portanto, voltado para a supressão da ordem burguesa e construção de uma nova ordem societária pautada na emancipação humana. Analisar as relações de raça e de gênero enquanto fundamento para a produção e reprodução do sistema, constitutivo da sociabilidade do capital, reafirma o compromisso ético da profissão, e segue rumo ao processo de problematizar “naturalizações que são incompatíveis

com o legado crítico construído nos últimos anos pelo serviço social brasileiro.” (Elpídio; Silva, 2023, p.3)

A fim de apresentar a trajetória de mulheres negras no contexto sócio histórico brasileiro relacionando-as com a precarização do trabalho, a pesquisa foi dividida em três capítulos.

O capítulo 1 aborda aspectos fundamentais para a compreensão da inserção de pessoas negras no contexto do trabalho. São discutidos o movimento de embranquecimento da força de trabalho e a negação da percepção de pessoas negras enquanto sujeito de direitos após o fim da escravidão. Analisa-se também o processo de desumanização de mulheres negras como um dos mecanismos utilizado pelo capital para naturalizar a situação de pobreza, precariedade e marginalização.

No capítulo 2, são apresentados os aspectos sobre o trabalho na contemporaneidade, analisando a centralidade do trabalho no sistema capitalista e as configurações do mercado de trabalho diante do avanço neoliberal, destacando como essas mudanças impactam especialmente as mulheres negras.

No capítulo 3, apresenta-se a pesquisa de campo, descrevendo os caminhos metodológicos, o contexto das participantes e suas vivências. Os relatos evidenciam tanto aspectos da opressão colonial e sua perpetuação atualizada por gerações, materializados no racismo vivenciado no cotidiano de trabalho. As narrativas, para além de denunciarem as violências sofridas diante das determinações de raça e de gênero, revelam também a potência e resistência dessas mulheres na luta por uma vida digna.

As entrevistas, registradas em áudio e transcritas, foram analisadas à luz do materialismo histórico-dialético e de estudos sobre o feminismo negro. Esse processo permitiu identificar temas recorrentes, contextualizando as vivências das participantes. A categorização dos trechos mais relevantes destacam aspectos centrais para compreender as dinâmicas sociais e econômicas que permeiam suas realidades.

1. O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL E A EXCLUSÃO DE PESSOAS NEGRAS.

O processo de naturalização de mulheres negras em postos precarizados de trabalho é marcado pelo período colonial, pelo patriarcado violento e pelo desenvolvimento do capitalismo dependente sustentado e incorporado pelas relações racistas e patriarcais. Portanto, é necessário realizar uma retomada histórica desde o período colonial, visando a compreensão acerca da construção e formação da classe trabalhadora brasileira pelo prisma de suas determinações raciais e de gênero.

O resgate do período colonial e de suas manifestações, contribui a pensar sobre as marcas de um passado violento, que trabalhou fortemente para a não inserção de pessoas negras na sociedade construída após o fim do período escravocrata, ou melhor, na sua inserção pautada no apagamento cultural, social e econômico. Tal sociedade segue semeando, durante a longa trajetória superior a dois séculos da assinatura da Lei Áurea, diferentes formas de exclusão racial e de gênero conectadas ao processo inicial de violência colonial. Como nos sinaliza Conceição Evaristo:

(...) para os brasileiros, notadamente os afro-brasileiros e os povos indígenas, donos primeiros das Terras Brasis, a compreensão da nossa história inclui a busca do que não foi escrito, do que foi ocultado ou da história subterrânea, que ainda precisa ser explicitada. Há um passado presente que precisa ser desvendado sobre os processos de colonização e de escravização que estruturam a nação brasileira. Reafirmamos que há um passado que não passou. (Conceição Evaristo)²

Assim, analisando os aspectos de exclusão de mulheres negras durante a formação da classe trabalhadora brasileira, e, portanto, seu direcionamento estrutural para atividades laborais precarizadas, como atividades braçais, insalubres e informais, é essencial compreender a relação entre esse passado e o presente que conversam e se perpetuam na sociedade capitalista, mantendo mulheres negras à margem. Recorre-se assim, a estudos voltados para a compreensão da formação das classes sociais brasileiras e da subalternização de determinados grupos que constitui o processo de formação do capitalismo dependente, buscando compreender qual a funcionalidade da exclusão de determinados grupos para o desenvolvimento do capitalismo, e como ela se deu durante o processo de desenvolvimento do capital.

² Evaristo, Conceição. Independência do Brasil: Uma pátria de muitos gritos. In: SANTOS, Hélio (org.). *A resistência negra ao projeto de exclusão racial: Brasil, 200 anos (1822-2022)*. São Paulo: Jandaíra, 2022.

1.1 CONSTRUÇÃO DO SISTEMA CAPITALISTA: QUAL O LUGAR IMPOSTO AO EX-ESCRAVIZADO?

Sonhando todos sob os efeitos de uma liberdade assinada por uma princesa, fada-madrinha, que do antigo chicote fez uma varinha de condão. Todos, ainda, sob o jugo de um poder que, como Deus, se fazia eterno.

- Conceição Evaristo³

Para contextualização, iremos seguir do momento de ruptura e transformação socioeconômica de uma colônia escravocrata, rumo a uma nação orientada pelo capitalismo dependente. Nesse cenário, a necessidade do desenvolvimento do capital se choca com o sistema escravocrata brasileiro, levando à transformações no cenário social, cultural, político e econômico, “a força de trabalho escravizada passou a ser entrave à medida que a industrialização demandava cada vez mais um mercado consumidor.” (Cisne; Santos, 2018, p.98), gerando assim, a necessidade da abolição da escravatura para a criação de uma classe trabalhadora ativa.

Entender o mundo do trabalho no contexto latino americano, apresentando suas determinações e estruturas e localizando as mulheres negras nesse contexto, precede uma retomada histórica sobre a formação social pós período colonial e, portanto, ao desenvolvimento da classe trabalhadora. Onde localizar as pessoas negras nesse cenário? O fim da abolição promoveu uma inserção laboral correspondente ou a escravidão se manteve em diferentes moldes? As mulheres negras carregam fardos do período colonial?

Florestan Fernandes em “Capitalismo Dependente e classes sociais na América Latina” nos auxilia a refletir acerca das bases que estruturam a formação social brasileira e que, herdadas do colonialismo na América Latina e da relação com o imperialismo europeu e norte-americano, foram essenciais para erguer uma nova economia brasileira pautada na dependência econômica de países centrais, no desenvolvimento industrial e na manutenção das bases coloniais, portanto, na reprodução social do arcaico x moderno.

(...) o tipo de capitalismo constituído na América Latina, que floresceu graças à modernização do arcaico, atinge a era da industrialização em grande escala e da exportação de produtos industrializados explorando com intensidade a arcaização do moderno. A inovação parece ser a regra: a "nova mentalidade industrial", as "novas estruturas econômicas", a "política para o desenvolvimento" etc. são os novos

³ Evaristo, Conceição. Ponciá Vicêncio. 4. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, p. 29. 2007.

símbolos e orientações de valores dessa era. Todavia, a inovação incrusta-se em uma realidade sócio-econômica que não se transformou ou que só se transformou superficialmente, já que a degradação material e moral do trabalho persiste e com ela o despotismo nas relações humanas, o privilegiamento das classes possuidoras, a superconcentração da renda, do prestígio social e do poder, a modernização controlada de fora, o crescimento econômico dependente etc. (Fernandes, 2009, p.42)

O arcaico apresentado pelo autor diz respeito às bases escravistas e patriarcais construídas a partir de um processo de dominação, opressão e exploração a qual homens e mulheres de origem africana e indígena foram sujeitados a métodos ideológicos, físicos e científicos de violência e desumanização. Sinaliza, portanto, a sutileza das transformações sociais que apenas reafirmaram o poderio colonial em outros moldes enquanto, em seu interior, realizam a manutenção dos métodos de exploração, discriminação e exclusão, reverberando o nome do “desenvolvimento”.

Os métodos de violência do período foram utilizados para garantir os horrores legalizados e disseminados durante a colonização, como também, serviram de estrutura para a acumulação primitiva do capital, particularizando a construção da “questão social”⁴ em território brasileiro.

(...) Isso atribui um ritmo histórico particular ao processo de mudanças, uma cadência histórica particular, em que tanto o novo quanto o velho se alteram. Essa coexistência de temporalidades históricas desiguais faz com que a questão social apresente, hoje, tanto marcas do passado quanto do presente, radicalizando-a. (Iamamoto, 2000, p.37)

Portanto, essas bases arcaicas não apenas moldaram a estrutura social e econômica do Brasil durante o período colonial, como também, diante dos processos de modernização e industrialização foram retroalimentadas e inseridas nos novos moldes desenvolvidos. Essa lógica violenta de dominação foi incorporada às instituições sociais, políticas e econômicas do país, sustentando desigualdades históricas que se reproduzem com novos contornos no capitalismo dependente, “recriando nossa herança histórica brasileira ao atualizar marcas persistentes” (Iamamoto, 2000, p.37). Assim, como apresentado por Iamamoto (2000), essa condição traz uma caráter particular à “questão social” brasileira, acirrando as desigualdades presentes visto a sua necessidade e correlação com a estrutura de produção e reprodução da sociedade de capitalismo dependente. Logo, é importante reafirmar o caráter estruturante do

⁴“Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (...) é também captar as múltiplas formas de pressão social, de invenção e de reinvenção da vida construídas no cotidiano, pois é no presente que estão sendo recriadas formas novas de viver, que apontam um futuro que está sendo germinado.” (Iamamoto, 2000, p.27-28)

racismo e do patriarcado que envolvem e impulsionam as relações de exploração do capital, e inauguram uma sociedade desenvolvida a partir da coexistência do arcaico e do moderno.

É possível, portanto, acompanhar a perspectiva colonial e as contradições internas do período diante do desenvolvimento e o repensar do escravo não enquanto mercadoria, mas enquanto um trabalhador, produtor e consumidor, papéis fundamentais para a existência do sistema capitalista. Assim, como transformar, a até então mercadoria, em um agente coletivo presente na sociedade e entendido pela sociedade em geral enquanto um trabalhador, na condição de vendedor da sua força de trabalho, “dando-lhe caráter de mercadoria e permitindo assim, ampliar as escalas de lucro por meio da exploração da mais valia.” (Elpídio, 2020, p.836).

Para aprofundamento dessa separação entre trabalho e escravo após a abolição, atenta-se para Octávio Ianni, que, em sua obra “Raça e classes sociais no Brasil”, contribui para a reflexão acerca dos agentes que levaram à ruptura entre escravizado x trabalhador livre, e logo, a separação entre trabalhador livre negro x trabalhador livre branco.

O antagonismo essencial entre o escravo e a mercadoria somente aparece como contradição no momento em que o sistema econômico-social ingressa num período de transformações aceleradas. A coexistência entre a produção mercantil e a escravatura é eficaz enquanto a mercadoria não adquire de modo pleno, a condição de categoria fundamental do sistema. (Ianni, 2004, p.14)

A transformação econômica acelerada impõe ao fazendeiro a construção de uma nova relação com a produção, visando ao entendimento e organização dos elementos que envolvem a nova dinâmica e o lucro, como por exemplo, com a terra, com a técnica e com a mão de obra, tornando-se um empresário. Nesse contexto, o escravo se torna incompatível com a nova ordem societária crescente e a reorganização econômica social volta-se para a necessidade de eliminar o escravo dos meios de produção. (Ianni, 2004)

O progresso possível do sistema econômico-social passou a depender (agora claramente) da eliminação do trabalho da esfera dos meios de produção. Não apenas no sentido de abolição da escravatura mas também no sentido de criação de um mercado efetivo de mão-de-obra, com base no trabalhador livre. (Ianni, 2004, p.17)”

Logo, a transformação econômico-social realizada a partir de aspectos do processo de colonização e de dependência externa a qual a formação do capitalismo dependente na América latina está intrinsecamente vinculada, leva a incorporação de elementos anteriores ao sistema mas que se apresentam fundamentais para sua produção e reprodução, elementos

esses que constroem o sistema classista-racista-patriarcal no Brasil, reproduzindo a divisão de classe, raça e de gênero, naturalizando desigualdades, violências e precarização. É fundamental citar que para além das determinações externas, as quais priorizaram as “grandes” transformações econômicas em prol da acumulação do capital, o movimento interno de rebeliões quilombolas, guerrilhas e da resistência de aldeias indígenas tencionou a luta em prol do fim do regime escravista. Portanto, de forma a redesenhar a perspectiva que os colocavam em inércia na história, é importante firmar os indivíduos escravizados enquanto agentes coletivos fundamentais para a mudança. (Moura, 1993)

Para consolidar esse processo é fundamental pontuar o ideal de embranquecimento⁵ e as políticas imigrantistas que marcam o privilegiamento de pessoas brancas no momento de construção do capitalismo dependente brasileiro, e, enquanto estrutura, marca a inserção ao mundo do trabalho de pessoas negras. A fim de auxiliar na análise acerca da consolidação de pessoas brancas na estrutura de poder através de estratégias de exclusão de pessoas negras, recorre-se à Clóvis Moura (2024), que, a partir da leitura sobre *status*, apresenta como a estrutura de dominação do setor administrativo, que advinha das Metrôpoles, e também dos setores militares, econômicos, patrimoniais e sociais constituía a estrutura de poder, levando a compreensão de que:

(...) essa estrutura exerceu os mecanismos de dominação dos selecionadores, criou barreiras de dominação étnica, estabeleceu as formas de julgamento de brancos e não brancos, de homens livres e escravos conseguiu evitar que existisse qualquer forma significativa de ascensão dos escravos (índios e escravos) que não fosse extralegal, através das guerras dos índios contra os invasores e dos quilombos, (...). Por outro lado, a Metrópole privilegiou os dominadores via estratégia de concessão de terras. Até hoje, através dessa estratégia do monopólio inicial da terra e de poder os descendentes das suas linhagens não sofreram nenhum processo (...) capaz de desarticulá-los estruturalmente de modo substancial, permanecendo quase todos com patrimônios e *status* quase inalteráveis no pólo dominador. (Moura, 2024, p.181)

Logo, a estrutura apresentada por Moura, escancara os passos realizados pelos colonizadores para a manutenção e perpetuação dos dominadores em posições de poder, enquanto, para isso, usava-se de estratégias para a exclusão das classes “dominadas”, mantendo seu lugar de subserviência. No processo de criação da nação brasileira, a partir do exposto por Moura, recria-se essa estrutura de poder, utilizando das mesmas artimanhas

⁵ As políticas de embranquecimento compõem uma série de medidas institucionais, científicas e sociais que visavam o embranquecimento da população enquanto estratégias para o desenvolvimento através da supressão das raças não brancas em território nacional. A fim de ilustrar essas políticas é possível citar o projeto eugenista de embranquecimento gradual apresentado por João Baptista no Congresso Universal das Raças (1911) e as pesquisas do racismo científico que ganharam força em meados do século XIX. Esses fragmentos higienistas da história nacional serão trabalhados mais a frente. (Souza, 2012)

organizacionais do período colonial para atualizar a reprodução da hierarquização e permanência da elite colonial nos centros de poder da nova nação. “O ideal tipo das elites brasileiras, como ideologia de prolongamento do colonizador, continuou e continua simbolicamente sendo o branco. O antimodelo étnico e estético, como símbolo nacional, continua sendo o negro.” (Moura, 2024, p.202). Assim, a identidade nacional construída reverbera os símbolos dessa base, em que o branco seria o modelo de poder e civilização, enquanto o negro é fadado à marginalização.

Nesse sentido, a partir do entendimento que o modelo escravocrata seria substituído pelo trabalho livre, as estratégias de manutenção de dominação de elite colonial tomam forma para garantir sua centralidade na sociedade de classes. Elas se materializaram, principalmente, nas políticas imigrantistas e na consolidação das Lei de Terras. Esse movimento marca o contingente populacional explorado e forçadamente trazido e condenado à quase 300 anos de marginalização sistemática, que é jogado de escanteio no mundo do trabalho em prol da manutenção de privilégios da elite colonial e favorecimento de pessoas brancas diante do trabalho ideológico repressivo secular de pessoas negras. Assim, “as providências tomadas foram analisadas anteriormente e dão medida de como esse bloco de poder escravista manobrou para que a transição verificasse de acordo com os seus interesses fundamentais (...)” (Moura, 2024, p.144)

As políticas imigrantistas, fundamentais para a análise proposta, representam a negação dos ex-escravizados no mercado de trabalho em formação, e, vinculada à Lei da Terra, consolidam um bloqueio brutal de possibilidades seja de posse da terra seja de acesso ao trabalho, impedindo os caminhos possíveis de inserção e impondo à massa de pessoas recém libertas uma vida de marginalização e precariedade como descrito por Clóvis Moura “colocando-a como sobrança nesse processo.” (2024, p.145). Portanto, “O negro e outras camadas não-brancas não foram, assim, incorporados a esse proletariado incipiente, mas foram compor a grande franja de marginalizados exigida pelo modelo do capitalismo dependente que substituiu o escravismo” (Moura, 1988, p.65). Como exposto por Abdias do Nascimento:

Autoridades governamentais e sociedade dominante, se mostraram perfeitamente satisfeitas com o ato de condenar os africanos "livres", e seus descendentes, a um novo estado econômico, político e cultural "livres", e seus descendentes, a um novo estado econômico, político e cultural de escravidão-em-liberdade. Nutrido no ventre do racismo, o "problema" só podia ser, como de fato era, cruamente racial: como salvar a raça branca da ameaça do sangue negro, considerado explícita ou implicitamente como "inferior". (Nascimento, 1978, p.67)

O que pretende ser reafirmado com essa reflexão decorre de como, para além da essencialidade para o momento de transformação econômica-social, a exploração e subserviência de pessoas negras segue em diferentes moldes, visto as relações raciais enquanto fundamento de manutenção das relações de exploração já que é parte intrínseca desse processo desde sua gênese, trazendo, portanto, os determinantes raciais e patriarcais do período colonial, e se apresentando, enquanto fatores materiais e ideológicos que embasam estratégias de manutenção da ordem. Seguindo essa lógica, compreende-se que as relações sociais são moldadas e perpetuadas num sistema baseado na exploração, que utiliza a divisão racial e de gênero como instrumento de sustentação para sua manutenção e para a hierarquização e divisão das classes. Deivison Faustino, em sua tese de doutorado “Por que Fanon, por que agora?": Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil, auxilia na compreensão da opressão colonial e seus desdobramentos para a construção de uma sociedade racializada, onde o racismo e o patriarcado mascaram “partes de um processo maior de dominação: a violenta e desigual expansão das relações capitalistas de produção para o mundo não europeu.” (Faustino, 2019, p.2).

Enquanto aliado para a divisão racial se faz fundamental a incorporação do reconhecimento de “raças distintas”, “raça superior” e “raça inferior”. O conceito de raça surge enquanto uma ferramenta de segregação, uma forma eficaz de separar e justificar a hierarquização social pautada na padronização branca burguesa, no seio de uma sociedade que exprime “liberdade” e “igualdade”⁶. Em Quijano (2005), é possível compreender essa movimentação na América Latina:

A formação de relações sociais fundadas nessa ideia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras. Assim, termos com espanhol e português, e mais tarde europeu, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população. (Quijano, 2005, p.117)

⁶Em um belíssimo ensaio sobre Machado de Assis, o já clássico "As idéias fora do lugar" (1977), Schwarz fala da tensão na relação entre as idéias liberais - que têm sua difusão associada ao trabalho livre - uma sociedade escravista. Para ele, a retórica liberal européia entre os brasileiros é uma espécie de comédia ideológica, uma impropriedade, um escândalo no país do favor, do clientelismo e da escravidão. Era inevitável o discurso liberal num Brasil que acabara de realizar a Independência em nome dos ideais da Revolução Francesa e com articulações econômicas claras com o mundo do capital. Para Schwarz, contudo, "o favor é nossa mediação quase universal" (1977: 16), o que desmente as idéias liberais e origina um padrão particular na relação entre as classes e segmentos de classe, e também das instituições do Estado, que disfarça a violência das relações de produção no Brasil, desde a escravidão até os dias de hoje. (Schwarz apud Behring; Boschetti, 2009, p.74)

Dessa forma, a partir do conceito de raça, construída social e historicamente como ferramenta de dominação, tornou-se possível incorporar elementos que reconhecessem e diferenciavam os indivíduos com base em características físicas e biológicas. Como aponta Quijano (2005), essas diferenciações foram transformadas em marcadores centrais de classificação social, sendo utilizadas para atribuir posições específicas no interior das relações sociais que estavam em formação, servindo de alicerce para justificar violências e a subjugação de pessoas negras.

Utilizado pela perspectiva dos colonizadores, o estabelecimento do padrão branco europeu disseminou, a partir dos conceitos de raça, uma hierarquização social fundamental para o processo social em desenvolvimento, situando os povos conquistados e dominados “numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais” (Quijano, 2005, p.118). Portanto, “(...) a ciência ocidental, ao ser enrijecida pelo racismo científico, tornou-se um vetor de propagação da ideologia racial; uma verdadeira forma de decodificar a realidade a partir da visão dos colonizadores.” (Dutra, 2022, p.109)

Extremamente disseminada ao fim do século XIX e início do século XX, o racismo científico, contribuiu para a consolidação da racialização na sociedade moderna capitalista, vinculando a aparência física e aspectos biológicos à hierarquização social e à naturalização da desigualdade e precarização. Esse movimento estabeleceu o padrão branco burguês enquanto referência para poder, estética e intelectualidade, e enrijeceu as estruturas de conformação sociocultural e de embranquecimento da sociedade nacional em formação.

(...) A nação permitiu que uma penumbra cúmplice encobrisse ancestralidades desconfortáveis. Mas a ordem escravocrata, no entanto, fora apenas substituída por outra ordem hierárquica. A "cor" passou a ser uma marca de origem, um código cifrado para a "raça". O racismo colonial, fundado sobre a ideia da pureza de sangue dos colonizadores portugueses, cedeu lugar, depois da Independência do país, à ideia de uma nação mestiça. (Guimarães, 1999, p. 34)

Essa estrutura garante a manutenção do poder colonial, que oculta a herança africana e indígena no seio da formação social para, por meio da racialização, garantir sua supremacia em diferentes níveis da sociabilidade à brasileira⁷. Permite que a vivência de pessoas negras

⁷ O termo “à brasileira” faz referência ao termo “racismo à brasileira” utilizado por Lélia Gonzalez no capítulo 8, do ensaio “Por um feminismo afro latino americano”, em que denuncia a especificidade do racismo em território brasileiro diante da contradição entre a negação da herança africana e a sua presença evidente na formação histórico-cultural. “Enquanto denegação de nossa latino-amefricanidade, o racismo “à brasileira” se volta

seja marcada pela precarização com justificativas de fontes eugenistas, que, apesar das diversas mudanças ao longo dos anos, tem em sua estrutura a marginalização, inferioridade e violência destinada a pessoas negras.

Em outras palavras, a possibilidade de crescimento e de transformação sócio econômica decorre da existência de escravos para a acumulação primitiva do capital, como também, para a consolidação dessa forma de sociabilidade capitalista sua inferioridade segue impregnada nas relações sociais subsequentes. Logo, pelo prisma da modernidade, as relações raciais seguem escoradas na violência destinada a pessoas “de cor” para manutenção dessa ordem.

A relação fundamental entre classe e raça, deve ser entendida portanto enquanto fragmento fundante para a acumulação primitiva e logo para a efetivação do sistema capitalista. Explorada em Marx (2013), de forma primorosa, reafirma-se a essencialidade da exploração da força de trabalho colonial para a extração da mais valia necessária para o desenvolvimento do capital. Sem a exploração colonial, ou seja, sem a presença de pessoas escravizadas, a acumulação, da escala que ocorreu, não seria possível.

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. (Marx, 2013, P.533)

Dessa forma, compreender o papel das pessoas escravizadas para a construção dessa sociedade, para além, da perpetuação de seu sofrimento e naturalização da pobreza vivenciada para a manutenção dessa ordem diz respeito a repensar e reafirmar a essencialidade de pessoas negras para a construção sociohistórica do Brasil como é reconhecido.

Pensar portanto nas relações raciais desde o período colonial, seria impossível sem reconhecer o local imposto para mulheres negras nesse mesmo período, local esse que marca profundamente a inserção de mulheres negras no trabalho. Pelo prisma da formação da sociedade de classes brasileira, para além da divisão racial atualizada e incorporada, bebe-se da fonte da escravização brasileira, para compreender o papel das relações patriarcais presentes na colonização e que posteriormente serviram de base para sociedade capitalista, visto que, “As marcas da subordinação e dependência, forjadas em um modelo de colonização

justamente contra aqueles que são o testemunho vivo da mesma (os negros), ao mesmo tempo que diz não o fazer (“democracia racial” brasileira).” (Gonzalez, 2020, p.115)

baseada no patrimônio patriarcal e escravista, possuem implicações na formação não apenas econômica, mas também social, cultural e política no Brasil.” (Cisne; Santos, 2018, p.100).

Apresenta-se então o movimento de negação à população ex-escravizada de inserção social coerente com os quase três séculos de escravização e desumanização, e atenta-se para a reafirmação desses aspectos. Sobretudo, cabe apontar o processo de exclusão direcionado à mulheres ex-escravizadas que, diferentemente dos homens escravizados, vivenciaram formas de dominação e violências específicas no seio da colonização e que, posteriormente, foram consolidadas na estrutura do sistema capitalista na sociedade moderna patriarcal.

(...) as mulheres também sofriam de maneira diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (Davis, 2016, p.19)

Assim, após compreensão das bases que fundamentam a formação social brasileira e os aspectos singulares “de um país que sofreu uma colonização estruturada por um regime escravista patriarcal” (Cisne; Santos, 2018, p.101), realiza-se um recorte de gênero fundamental para entender que, para além da exploração da força de trabalho, para as mulheres somava-se “a exploração sexual, seja para fins de realização do prazer dos homens, seja para aumentar a população escravizada, ou seja, a força de trabalho para acumulação.” (Cisne; Santos, 2018, p.103), e que portanto, o patriarcado se apresenta enquanto um dos elementos fundantes da sociedade de classes e que consequentemente, naturaliza a constante violação do acesso à direitos de mulheres negras, suas violências e marginalização. O sofrimento é histórico, e as atinge de forma interseccional, tanto pela sua cor quanto pelo seu gênero.

Em poucas palavras: o racismo e o patriarcado estruturam as classes sociais e as relações de exploração entre elas, e, também, em seu interior. Ou seja, como são estruturantes, o racismo e o patriarcado atravessam todas as relações sociais e dão substâncias às relações de opressão e exploração inter e entre classes. (Cisne; Santos, 2018, p.76)

Os aspectos singulares vivenciados por mulheres negras apresentam-se, portanto, como elementos fundamentais para a compreensão das relações sociais no capitalismo. Isso porque a experiência histórica dessas mulheres evidencia como o racismo e o patriarcado operam de forma interseccional para sustentar a lógica da exploração/dominação e pobreza direcionada a elas.

O racismo não pode ser restringido a uma mera continuação da escravidão, pois constitui um desdobramento das relações raciais de dominação após a abolição. Entretanto, os lugares sociais das mulheres negras na sociedade escravocrata são cotidianamente reatualizados e materializados na pobreza, desemprego, emprego informal, morte materna, barreiras de acesso à saúde, insegurança alimentar, hipersexualização, marginalização das esferas políticas, controle da sexualidade e, ainda imagens de controle. (Lima, 2022, p.244)

Logo, as relações de exploração dão sentido para a perpetuação do racismo e do patriarcado na sociedade capitalista, e, apesar de anteriores ao capital, ganham sentido e são inseridas nas relações como fundamento para a sua produção e reprodução.

Nesse sentido, analisar a perspectiva do trabalho, que reverbera esses elementos históricos, permite estabelecer a relação da imposição à população negra de postos insalubres de ocupação, enquanto um movimento histórico e dialético pautado no racismo e no patriarcado desde suas bases coloniais, servindo de sustentação para a exploração no mundo do trabalho. Como analisa a essencial Gonzalez (2022, p. 86)

(...) Preconceito e discriminação raciais, o despreparo cultural do ex-escravo para assumir a condição de cidadania e de trabalhador livre e a sua negação do trabalho como forma de afirmação da posição de homem livre resultaram na marginalização e desclassificação social do negro, que se estendeu por mais de uma geração.

Dessa forma, partindo da compreensão que, com a urgência de formação do sistema capitalista, há transformações na organização social que levam à formação das classes sociais, é necessário pontuar os aspectos intrínsecos à essa transformação que resultam em um esforço para isolar homens e mulheres negras em espaços longe dos grandes centros, e, de forma, ideológica e política perpetuam a desumanização iniciada na colonização enquanto mecanismo para o desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro. Quais as consequências reais “de quase trezentos anos de estupro, açoite, submissão, e humilhações de toda ordem para garantir a subsunção de seres humanos ao status de animais de carga.”? , como pensar a partir da perspectiva de mulheres negras em que suas relações de cuidados foram estabelecidas enquanto “mitos do amor romântico, em uma sociedade em que "a branca é para casar, a mulata para fornicar e preta para trabalhar?”. (Faustino, 2019, p.3; Gonzalez, 2020)

O autor contribui para a reflexão ao alertar sobre a importância de evitar, com extremo cuidado, a reprodução colonial da desumanização de pessoas negras em estudos que se propõem ao contrário. A produção científica, deve portanto se colocar como aliada na luta pela ruptura material e simbólica da reprodução do racismo e do patriarcado, denunciando sua naturalização, e, nesse processo, centralizar as pessoas negras enquanto sujeitos plenos,

capazes de experienciar a si mesmas e ao mundo, de sentir afeto, sofrimento, negação e, sobretudo, de enfrentar a morte. (Faustino, 2019, p.4)

1.2 DESUMANIZAÇÃO DA MULHER NEGRA ENQUANTO ALIADA DA NATURALIZAÇÃO DA PRECARIÉDADE.

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens (...) E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher?

- Sojourner Truth ⁸

O grito reverberado por Sojourner Truth em meio a uma convenção que debatia acerca dos direitos das mulheres em Akron, Ohio nos anos 1851 apresenta fragmentos da história que serão trabalhados neste capítulo. Momento que será dedicado a analisar a desumanização de mulheres negras durante e após o período colonial, tendo enquanto perspectiva compreender como essa desumanização se perpetua na sociedade construída pós colonização e entender sua funcionalidade para a formação e manutenção do sistema capitalista classista-racista-patriarcal em território brasileiro na contemporaneidade.

Para compreender a desumanização das mulheres negras é necessária uma atenção ao modo como sua marginalização se converte em ferramenta para a estrutura social, cultural e econômica de dominação patriarcal e racial burguesa. Portanto, a naturalização da presença de mulheres negras em postos de trabalho precarizados revela não apenas um legado histórico de exclusão, mas também um mecanismo de controle social que determina quais corpos podem ser violados sem escândalo e quais merecem proteção.

No contexto vivenciado por Sojourner, essa diferença se apresentava de forma mais violenta, visto que mulheres negras sequer eram reconhecidas como dignas da humanidade. A

⁸À título de observação, Sojourner foi uma abolicionista e ativista pelos direitos das mulheres nos Estados Unidos. Nascida escravizada, sua atuação destacou-se no movimento abolicionista e feminista, sendo uma figura potente da resistência negra no século XIX. A abolição da escravidão nos Estados Unidos ocorreu de forma gradativa em cada território, e foi decretada, nacionalmente, em 1865. Ver mais em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>

contradição central denunciada por Sojourner diz respeito à percepção defendida pelos homens brancos do clero de que mulheres brancas mereciam ter acesso restrito a direitos e serem direcionadas excepcionalmente ao cuidado do lar e da família visto que eram recatadas e frágeis, sendo que mulheres negras já trabalhavam nas casas dos senhores, nas colheitas e cuidados de suas próprias famílias, sendo violentadas e exploradas pelo sistema escravocrata, elas não eram mulheres?

Nesse sentido, apesar do contexto ser situado nos Estados Unidos nos anos 1851, é possível realizar uma conexão com o período pós colonização brasileiro em que mulheres negras eram submetidas a métodos físicos e psicológicos de violência e exclusão, mesmo que “recém libertas”. Para elucidar esse contexto na realidade brasileira, recorre-se ao pensamento do feminismo negro nacional, que toma pra si a responsabilidade de denunciar os diversos horrores impostos às mulheres negras, as especificidades no contexto brasileiro, como também, os processos de resistência e a centralidade da mulher negras nesses momentos. Nesse campo, destaca-se a contribuição fundamental da filósofa Sueli Carneiro, cuja reflexão reafirma o que foi exposto acima no cenário estadunidense, analisando o local imposto às mulheres negras na construção histórica no caminho oposto à “fragilidade feminina”.

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados. (Carneiro, 2003, p.2)

Dessa forma, situar as mulheres negras no período colonial para compreender suas perpetuações diz respeito a pontuar que apesar de sujeitos escravizados desprovidos de humanidade, perante o olhar dos colonizadores, as mulheres negras eram submetidas à métodos hediondos restritos a “condição de fêmeas” (Davis, 2016). Assim, embora compartilhassem as violências impostas a todos os indivíduos escravizados, as mulheres negras eram alvo de uma opressão específica, determinada pelo seu gênero. A sua condição era regulada conforme os interesses e a conveniência dos colonizadores, que as viam a partir de um prisma patriarcal e desumanizador.

A violência sexual era um castigo recorrente destinado às mulheres negras. Além dos açoites e mutilações, também sofridos pelos homens escravizados, as mulheres

negras eram estupradas, condicionando seu lugar específico de mulher (lida como fêmea) no regime escravista. (Lima, 2022, p.244)

De acordo com Davis (2016), após a proibição do tráfico transatlântico, a função reprodutiva das mulheres escravizadas passou a ser “valorizada” pelos colonizadores, visto a possibilidade de ampliação da mão de obra escrava. No entanto, essa valorização não implicava no reconhecimento de sua maternidade enquanto vínculo afetivo ou reverberava na humanização dessas mães. Pelo contrário, essas mulheres foram reduzidas à condição de corpos produtivos, comparadas a animais cuja utilidade se resumia a ampliação de novos escravizados. Deveriam assim, tanto trabalhar quanto reproduzir para seus proprietários.

A exaltação ideológica da maternidade – tão popular no século XIX – não se estendia às escravas. Na verdade, aos olhos dos seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava. Elas eram reprodutoras – animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir da sua capacidade de se multiplicar (Davis, 2016, p. 19).

Apesar do processo de escravização apresentar aspectos similares quanto a dominação/violência/exploração da mão de obra escravizada, e, principalmente quanto a relação desses aspectos com as mulheres negras escravizadas. É importante pontuar como que, diante da especificidade de cada território, a funcionalidade das ferramentas de manutenção do sistema geradas no período colonial toma forma de acordo com as necessidades e com a formação sócio histórica correspondente, no caso do racismo, seu desdobramento depende de múltiplos fatores. Como apresentado por Brah (2006, p. 344) “Cada racismo tem uma história particular. Surgiu no contexto de um conjunto específico de circunstâncias econômicas, políticas e culturais, foi produzido e reproduzido através de mecanismos específicos e assumiu diferentes formas em diferentes situações.”

Logo, é importante analisar a vivência de mulheres negras não apenas enquanto fragmentos da história nacional ou aspectos de uma escravidão que já foi “abolida”, a intenção é pontuar a correlação entre o passado e o presente enquanto constitutivo na estrutura social, cultural, política e econômica reproduzida na sociedade brasileira. Episódios da história colonial como: a utilização de mulheres negras escravizadas como cobaias para “descobertas” médicas a partir de experimentos brutais e completamente desumanizados⁹; a visão delas como animais apresentadas em circos para “divertimento” e “curiosidade” de seus

⁹<https://g1.globo.com/saude/noticia/2024/11/15/as-mulheres-escravizadas-submetidas-a-experimentos-sangrentos-que-viraram-as-maes-da-ginecologia.ghtml>

colonizadores e da elite colonial¹⁰; as torturas e castigos por resistirem aos maus tratos e violências sexuais¹¹, são suficientes para expor a historicidade dessas opressões e da dominação patriarcal no seio do sistema escravocrata construído e legitimado para violar/fetichizar seus corpos e identidades. Esses episódios não ficaram no passado, na realidade escancaram que os casos de desumanização e violência, ainda vivenciados por mulheres negras no presente, são parte de uma atualização das opressões e sua incorporação em novos moldes na sociedade moderna. Hoje, essas mulheres são reconhecidas como símbolos de resistência, luta e sobrevivência frente a um legado de exploração.

Mulheres negras seguem sendo majoritárias entre o número de mulheres vítimas de violência obstétrica¹², como também o número de mulheres negras vítimas de violência, tanto doméstica quanto sexual¹³, dados que demonstram como que a condição de subalternidade segue em diferentes moldes. Através do olhar atento ao entorno é possível, diante dos diversos relatos de mulheres negras que sofreram da extrema violência, perceber que pela suas perspectivas não era pontuado a historicidade de suas opressões, restando a culpabilização individual.

Ao participar de projetos da Universidade que promovem o contato com a população negra, principalmente, mulheres, é possível notar o atravessamento de múltiplas violências durante relatos cotidianos. São momentos de bastante incômodo pois, frequentemente, essas violências são abordadas com bastante naturalidade, como se fossem parte de uma rotina inevitável. Esses momentos representam como a desumanização colonial se apresenta em diferentes moldes, tanto na atuação de profissionais que não enxergam essas mulheres enquanto dignas de um atendimento de qualidade, gerando desconfortos e desinformação, como também, a desumanização alcança essas mulheres ao não compreenderem muitas vezes a magnitude da violência vivenciada.

O mito da fragilidade feminina não encontra repouso sobre a vida das mulheres negras, pois essas nunca foram consideradas frágeis, tampouco rainhas do lar. As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que sempre tiveram sua força de trabalho explorada, seja no modo de produção escravagista seja no capitalismo moderno. As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que sempre tiveram sua subjetividade arruinada por meio do padrão estético branco. (Lima, 2022, p.248)

¹⁰<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/01/sarah-baartman-a-chocante-historia-da-africana-que-virou-atracao-de-circo.html>

¹¹ <https://www.abayomijuristasnegras.com.br/post/a-escravizada-anast%C3%A1cia-santa-e-hero%C3%ADna>

¹²<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/07/08/maes-negras-e-com-baixa-escolaridade-sao-maiores-vitimas-em-casos-de-violencia-obstetrica-diz-pesquisa-da-fiocruz.ghtml>

¹³ <https://www2.ufjf.br/noticias/2023/11/24/mulheres-negras-sao-as-maiores-vitimas-em-casos-de-violencia/>

Logo, entende-se que a trajetória de mulheres negras é marcada brutalmente enquanto escravizadas, violentadas e desumanizadas no período colonial, e, excluídas enquanto sujeitos de direitos na sociedade de classes. É possível estabelecer, portanto, a conexão que mantém a violência em diferentes moldes como uma forma de manutenção da ordem do poder patriarcal colonial, reafirmando que a escravidão foi uma instituição profundamente patriarcal (Collins, 2016). O homem branco era o centro do poder, da propriedade das terras e dos escravizados e, a partir do seu comando e centralização, realizando “O controle dos corpos e da sexualidade dessas mulheres” o qual “era feito a fim de assegurar a sucessão dos bens daquela família, nos termos da autora, e para garantir-lhes status de inferioridade.” (Lima, 2022, p.243)

Reafirma-se, portanto, que, pela perspectiva da formação sócio histórica arcaico x moderno (Fernandes, 2009) bases racistas e patriarcais estruturam a nossa formação sócio-histórica, e representam para além das relações classistas, interferindo na produção de imagens e questionamentos acerca da humanidade de pessoas negras. Como apresentam Gonzalez e Hasenbalgh “O racismo, cuja essencia reside na negação total ou parcial da humanidade do negro e outros não-brancos constituiu a justificativa para exercitar o domínio sobre os povos de cor.” (Gonzalez ; Hasenbalgh, 2022, p.69).

Pensar o patriarcado enquanto ferramenta de consolidação do capitalismo aliado ao racismo na sociedade capitalista, reafirma o caráter material do patriarcado, se aproximando de uma lógica, que considere que “o patriarcado não surgiu espontaneamente no mundo das ideias ou da cultura, mas possui uma base material sócio-histórica. (...), com base em relações concretas.” (Cisne; Santos, 2018, p.45). Sendo a dominação masculina embranquecida um alicerce essencial para a produção e reprodução de relações de exploração em uma sociedade intrinsecamente ligada à naturalização da precariedade vivenciada por mulheres.

Portanto, a construção da imagem feminina negra não deve ser entendida enquanto perspectivas individuais ou estereótipos superficiais, mas enquanto aparatos ideológicos de controle e manutenção das relações de poder. Para auxiliar nesse processo recorre-se à Patrícia Hills Collins, pesquisadora norte-americana renomada por suas contribuições à teoria feminista negra e à interseccionalidade, que dentre suas importantes contribuições cunhou o conceito de “imagens de controle” fundamental para entender o estabelecimento e naturalização de mulheres negras em papéis predeterminados.

Como parte de uma ideologia generalizada de dominação, as imagens estereotipadas da condição de mulher negra assumem um significado especial. Dado que a autoridade para definir valores sociais é um importante instrumento de poder, grupos

de elite no exercício do poder manipulam ideias sobre a condição de mulher negra. (Collins, 2019, p.150-151)

Outro conceito importante relacionado a imagens de controle diz respeito à objetificação de mulheres negras. Nesse momento, Collins (2019), apresenta que, a fim de justificar ideologicamente as opressões de raça, gênero e classe, manter as mulheres como o “Outro” é uma forma histórica de manutenção de sua subordinação e desumanização. o “Outro” seria uma análise a partir do binarismo ocidental que separa “branco/preto, masculino/feminino, razão/emoção, cultura/natureza” (Collins, 2019, p.152). Assim, “A objetificação é fundamental para esse processo de diferenças formadas por oposição. No pensamento binário, um elemento é objetificado como o “Outro” e visto como um objeto a ser manipulado e controlado.” Historicamente, esse lugar de “Outro” foi destinado a mulheres negras como uma forma de justificar e manter a opressão, a partir de sua inferiorização, e, consequentemente, a constante naturalização na precariedade.

Observa-se que tais representações sociais operam como mecanismos de dominação simbólica, moldando a percepção e o lugar das mulheres negras na sociedade, servindo como “justificativas ideológicas poderosas”. O sistema racista-patriarcal utiliza, portanto, essas imagens de controle para “fazer com que o racismo, o sexismo, a pobreza e outras formas de injustiça social pareçam naturais, normais e inevitáveis na vida cotidiana.” (Collins, 2019, p.151)

No contexto analisado pela autora, os estereótipos usados para representar as mulheres afro-americanas e justificar sua opressão seriam: “da *mammy*, da matriarca, da mãe dependente do Estado e da gostosa” (Collins, 2019, p.151). Mommy caracteriza a figura da mãe negra nas famílias brancas, representa a mãe negra “boa”, sendo a serviçal fiel e obediente. Remete a exploração doméstica do período escravocrata e justifica a permanência de mulheres negras quanto domésticas em lares brancos. Matriarca simboliza a figura materna nas famílias negras, seria a mãe negra “má”, uma representação que culpabiliza a mãe negra enquanto responsável pela desestruturação familiar. “Tal perspectiva desvia a atenção das desigualdades políticas e econômicas que caracterizam cada vez mais o capitalismo global.” (Collins, 2019, p.161).

Já a mãe dependente do Estado, seria o retrato de “uma pessoa acomodada, satisfeita com os auxílios concedidos pelo governo, que foge do trabalho e transmite valores negativos para os descendentes.” (Collins, 2019, p.166). E, a imagem da “jezebel” traduzida enquanto “gostosa”, seria a sexualização do corpo de mulheres negras, atrelando sua imagem a

promiscuidade, fetichização e a uma condição sexualmente assertiva e vulgar de procura à “homens endinheirados para noitadas de sexo”(Collins, 2019, p.172)

Nesse sentido, apesar do conceito ser construído a partir da vivência de mulheres negras estadunidenses, seu pensamento se encaixa perfeitamente aos moldes raciais que o Brasil configurou sobre a imagem de mulheres negras. É nesse ponto que a intelectual Lélia Gonzalez (1984), oferece uma análise fundamental através das figuras da “doméstica”, da “mulata” e da “mucama”. que representam categorias que interligam o período escravocrata e a atualização de imagens de controle que não devem ser entendidas superficialmente enquanto expressões do racismo, mas como formas de naturalização da subalternidade imposta às mulheres negras no Brasil.

A partir da figura da “mucama” — “a escrava negra moça e de estimação que era escolhida para auxiliar nos serviços caseiros ou acompanhar pessoas da família e que, por vezes, era ama-de-leite” (Gonzalez, 1984, p. 229) — a autora evidencia como essa categoria, originada no período colonial, foi ressignificada e atualizada na sociedade brasileira contemporânea.

Segundo Gonzalez, essa figura se desdobra principalmente em duas representações: a “doméstica” e a “mulata”. A “doméstica” é entendida como a continuidade da mucama, sendo “a mucama permitida”, aquela que permanece na posição de prestadora de serviços, submetida à lógica da servidão moderna, descrita por Gonzalez como “o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas”. Já a “mulata” representa a face da hipersexualização e da objetificação da mulher negra, cuja presença é socialmente aceita e exaltada apenas em contextos específicos, como o carnaval, espaço no qual essa figura torna-se símbolo erótico e folclórico, reforçando estereótipos coloniais sob a aparência e fetichismo direcionado aos corpos de mulheres negras.

Não adianta serem “educadas” ou estarem “bem vestidas” (afinal, “boa aparência”, como vemos nos anúncios de emprego, é uma categoria “branca”, unicamente atribuível a “brancas” ou “clarinhas”). Os porteiros dos edifícios obrigam-nas a entrar pela porta de serviço, obedecendo instruções dos síndicos brancos (os mesmos que as “comem com os olhos” no Carnaval ou nos oba-obas da vida). Afinal, se é preta só pode ser doméstica, logo, entrada de serviço. (Gonzalez, 1984, p.230)

Essas imagens são historicamente construídas e mantidas por uma combinação de fatores culturais, ideológicos e religiosos, representando como que a marginalização das mulheres racializadas está, “incorporada na cultura, nas ideologias e religiões de forma tal que

apenas sob a análise das classes é insuficiente a compreensão deles” Cisne e Santos (2018, p. 104).

Perpetua-se, portanto, através dessas ferramentas de inferiorização e, logo, naturalização da precariedade vivenciada por mulheres negras, o privilégio racial e de gênero para manutenção da ordem branca, patriarcal e burguesa. Cida Bento (2022), permite realizar essa leitura pela perspectiva dos privilégios, apresentando uma organização embranquecida que não necessita de “encontros às 5h da manhã” para defender os seus, mas que, baseado no pacto da branquitude, realiza a manutenção de seus privilégios de forma silenciosa e eficaz. Bento explicita a organicidade e funcionalidade em que o pacto da branquitude opera:

É evidente que os brancos não promovem reuniões secretas às cinco da manhã para definir como vão manter seus privilégios e excluir os negros. Mas é como se assim fosse: as formas de exclusão e de manutenção de privilégios nos mais diferentes tipos de instituições são similares e sistematicamente negadas ou silenciadas. Esse pacto da branquitude possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o “diferente” ameaçasse o “normal”, o “universal”. Esse sentimento de ameaça e medo está na essência do preconceito, da representação que é feita do outro e da forma como reagimos a ele. (Bento, 2022, p. 16)

Nesse sentido, como apresentado por González (1964) e Collins (2019), é necessário analisar o processo de desumanização de mulheres negras a fim de entender que a percepção ideológica e cultural em torno de suas imagens correspondem ao período escravocrata de intensa exploração e violência, sendo esses estigmas continuados e atualizados em prol da manutenção do sistema patriarcal-racista-classista. A manutenção dos privilégios resulta na incorporação dessas representações na política, economia, instituições, cultura e todos os aspectos de reprodução da vida social.

A perspectiva da interseccionalidade se torna fundamental para compreender como a relação patriarcado x raça marca a vivência de mulheres negras. A vertente do feminismo negro propiciou o localizar dessas mulheres nas intersecções de classe, raça e gênero, apontando como essas dimensões se entrelaçam e moldam as experiências únicas de opressão e resistência. Se apresentou enquanto forma de desafiar as narrativas dominantes, alertando sobre os aspectos de uma sociedade racista-patriarcal e tomando para si a responsabilidade de falar sobre os seus, denunciando o jogo orquestrado e comandado por pessoas brancas, alertando sobre a funcionalidade dos processos de desumanização históricos que marcam mulheres negras e, as colocando enquanto agentes essenciais de resistência, cultura e sobrevivência negra.

2. MULHERES NEGRAS NO MUNDO DO TRABALHO CONTEMPORÂNEO

A fim de iniciar a reflexão acerca do local imposto às mulheres negras no mundo do trabalho na hodiernidade, recorre-se à indagação norteadora do trabalho oriunda da obra Ponciá Vicêncio de Conceição Evaristo: “Se eram livres, por que continuavam ali? Por que, então, tantos e tantas negras na senzala? Por que todos não se arribavam à procura de outros lugares e trabalhos?”¹⁴. Esse fragmento do livro permite repensar o significado de liberdade, e, considerando o contexto de opressão colonial vivenciado pela personagem, é possível refletir o que seria a liberdade pós- período colonial, e como ela se apresenta na sociedade de classes para pessoas negras, especialmente, para mulheres negras. Como forma de abarcar os elementos importantes para a trajetória proposta pelo trabalho, este capítulo será dividido em dois subcapítulos.

Assim, partindo da reflexão proposta em Oliveira (apud Moura 2024, p.205) “Tornar-se liberto não era o mesmo que tornar-se livre.”, orienta-se o primeiro subcapítulo para de forma breve, porém necessária, o repensar da relação ontológica do trabalho e liberdade, sendo sua construção histórica e dialética resultante de uma sociedade condicionada por relações de exploração e dominação. Qual liberdade oferecida pelo sistema capitalista, sobretudo, como essa liberdade alcança mulheres negras?

Situar o debate do trabalho e sua relação com a liberdade, permite, a partir da perspectiva histórica dialética, compreender as protoformas do trabalho, localizando a liberdade intrínseca da atividade humana e sua subversão na sociedade de classe. Questiona-se assim, a centralidade do trabalho para as condições de subsistência e o impacto dessa realidade para mulheres negras que vivenciam de forma majoritária o trabalho precário, criando a possibilidade de refletir acerca das diferentes intersecções de raça-patriarcado-classe que as atingem. Em algum momento da construção da sociedade brasileira mulheres negras foram efetivamente livres?

Assim, seguindo da reflexão da gênese do trabalho e sua relação com a liberdade de mulheres negras, reafirma-se a heterogeneidade da sociedade através da análise da sociedade contemporânea. Utilizando do segundo subcapítulo para investigação das estratégias de manutenção do capital, como o neoliberalismo, valorização ao trabalho informal, sucateamento das mobilizações coletivas de classe trabalhadora e seu impacto específico na relação de mulheres negras com o trabalho. Para isso, serão considerados aspectos históricos, sociais e econômicos, assim como dados atuais que revelam as precariedades persistentes,

¹⁴ Evaristo, Conceição. *Ponciá Vicêncio*. 4. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, p.12, 2007.

reafirmando a urgência de debater os espaços de reprodução de opressões e naturalização de desigualdades.

2.1 TRABALHO E ALIENAÇÃO: OS LIMITES DA LIBERDADE NO CAPITALISMO

*Sempre fui sonhador, é isso que me mantém vivo
(...) Mas o sistema limita nossa vida de tal forma
E tive que fazer minha escolha, sonhar ou sobreviver
Os anos se passaram e eu fui me esquivando do círculo vicioso
Porém o capitalismo me obrigou a ser bem sucedido
Acredito que o sonho de todo pobre, é ser rico
Em busca do meu sonho de consumo*

- Racionais MC¹⁵

O conceito de liberdade no seio da lógica capitalista é bastante contraditório, assim como toda a estrutura basilar do sistema, é possível reconhecer que, apesar das inúmeras transformações históricas e sociais, após o primeiro momento de exploração do homem pelo homem, essa relação permaneceu na estrutura social mesmo que em diferentes apresentações.

Partindo do pressuposto que os servos foram realmente libertos dos grilhões que os prendiam à terra e, por conseguinte, dos seus meios de produção e transformados em trabalhadores assalariados livres. Por que o trabalhador no capitalismo é tanto preso ao seu salário como meio de subsistência, quanto o servo preso à terra. (Farias, 2017, p.32)

Assim, partindo da perspectiva de liberdade, será possível questionar a liberdade de mulheres negras, tendo enquanto norte sua relação com o trabalho. Nesse sentido, se faz essencial a compreensão do papel constitutivo do trabalho nas relações sociais, e a forma que é produzido e reproduzido no seio de uma sociedade capitalista.

A partir da perspectiva marxista, a visão de totalidade social permite o aprofundamento acerca do trabalho como fundamento da reprodução dos seres, reafirmando a perspectiva para além do apresentado na conjuntura do sistema capitalista mas questionando sua relação com a liberdade. Em algum momento os indivíduos se tornaram efetivamente

¹⁵Racionais MCs, “A Vida é Desafio”, *Nada Como um Dia Após o Outro Dia*, 2002. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/racionais-mcs/66802/>. Acesso em: 8 jul. 2025.

livres? Essa indagação permite problematizar a relação de trabalho de mulheres negras contemporâneas, e as diversas intersecções de raça-patriarcado-classe que as atingem, cerceando sua “liberdade”.

Em Marx (2004), especialmente no capítulo 5 “*O processo de trabalho e o processo de valorização*”, é possível atentar-se para a trajetória dos indivíduos com o trabalho, reafirmando o papel central que possui para a construção da sociabilidade. A perspectiva do trabalho enquanto “um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza.” (Marx, 2004, p.326), reafirma a característica milenar do trabalho que seria a transformação do meio natural diante da necessidade do humano. Apesar dessa característica se perder no seio da sociedade capitalista que mascara o processo de trabalho, Marx centraliza a relação do trabalho enquanto fundamento para a construção das relações sociais em todos os âmbitos, visto que, a partir do trabalho que o humano,

(...) põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. (Marx, 2004, p.327)

Logo, o trabalho é categoria fundante do mundo dos homens, que permite a própria transformação diante do ato do trabalho, modificando assim, o seu entorno e a si mesmo. Nesse sentido, alcança-se o estágio de ser social que inaugura um sujeito capaz de abusar da racionalidade para projetar, criar e se relacionar com o mundo de forma específica e diferente do apresentado na história da humanidade, como analisado por Netto e Braz:

O ser social é a síntese dessas determinações estruturais. Só ele é capaz de agir teleologicamente, só ele se propõe finalidades e antecipa metas — em suma, só ele dispõe da capacidade de projetar. Só ele cria produtos e artefatos, representações e símbolos que ganham objetividade na medida em que concretizam projetos e, assim, têm uma existência que transcende a(s) existência(s) singular(es) do(s) seu(s) criador(es).” (Netto; Braz, 2012, p.54)

O salto ontológico, permite a construção do ser social que se desenvolve a partir de perspectivas racionais e conscientes, se afastando de determinações meramente biológicas, como exposto por Netto e Braz (2011, p.48) “A espécie humana desenvolve-se como um outro novo tipo de ser, até então inexistente, e cujas peculiaridades não se devem à herança biológica nem a condições geneticamente predeterminadas: um modo de ser radicalmente inédito”. É nesse salto em que a liberdade se constitui parte do humano, visto que o ser social,

(...) sempre encontra alternativas e sempre pode escolher — e a escolha entre alternativas concretas configura o exercício da liberdade: ser livre é poder escolher entre elas; o ser social é um ser capaz de liberdade. Pensar, conhecer, projetar, objetivar-se, escolher — tudo isso supõe a capacidade de se desprender do dado imediato, das singularidades dos fenômenos: supõe a capacidade de universalizar. (Netto; Braz, 2011. p.54)

Nesse sentido, o ato do trabalho é intrínseco à atividade humana, sendo essencial para perspectivas e mudanças na própria ação humana em decorrência do trabalho. Ele, portanto, “constitui o domínio consciente do homem sobre seus instintos e, conseqüentemente, uma espécie de controle do indivíduo sobre si mesmo. O controle supracitado representa o caminho que conduz à experiência da liberdade humana.” (Farias, 2017, p. 16) E é nesse aspecto, onde se encontram as possibilidades de escolhas e a tomada de consciência do indivíduo com o seu entorno, assim:

(...) o trabalho não se realiza sem a capacidade teleológica do homem, ou seja, sem a projeção ideal de finalidades e dos meios para a sua efetivação, sem um determinado grau de cooperação, de certas formas sociais de comunicação, tal como a linguagem articulada, sem um nível de conhecimento e de domínio sobre a natureza, entre outros aspectos. (Barroco, 2009, p.24)

Essa trajetória vista a partir da perspectiva materialista, histórica-dialética, é fundamental para compreender o papel do trabalho ontologicamente, permitindo entender sua essência diante de uma sociedade que condiciona os indivíduos a um mundo de mercadoria. A relação com o trabalho é mistificada, mascarando seu processo natural, e perpetuando a exploração.

(...) a novidade é que agora foram libertos de serem os próprios produtores de uma propriedade de seu senhor ou de ter relações de servidão em razão da propriedade da terra, podem livremente se relacionar no mercado de trabalho. Sem opções, os trabalhadores passam a se sujeitarem as mais precárias condições de trabalho para obter a sobrevivência de si e de sua família, já que apenas detém sua força de trabalho para vender, tal qual qualquer outra mercadoria em troca de um salário. (Farias, 2017, p.34)

A partir da compreensão do caráter ontológico do trabalho e sua essencialidade para as construções de possibilidades e alternativas humanas que refletem na liberdade¹⁶, deve-se compreender a trajetória que marca a relação de trabalho x liberdade x capital, visto que,

¹⁶Os debates mais aprofundados sobre a categoria Trabalho podem ser encontrados nas bibliografias: Marx (2013), Netto e Braz (2011) e Barroco (2018).

percorre um movimento dialético de transformações do ser social, sendo apresentado no modo de produção capitalista um salto para seu avanço e complexidade (Barroco, 2009). A partir dessa análise é possível refletir acerca das especificidades que marcam cada momento histórico e a relação das sociabilidades com a liberdade, sendo seus desdobramentos essenciais para a compreensão dessa relação na atualidade, visto o papel central do trabalho para a organização dos homens.

De forma breve, a construção das sociabilidades permeia a atividade dos homens com o trabalho, modificando sua organização e percepção sobre o mundo. Assim, a liberdade de escolhas e possibilidades se modifica diante das relações estabelecidas no processo produtivo, sendo a produção de excedentes um marco para a gênese da relação de exploração entre homens. O excedente econômico marca as transformações no seio das relações de trabalho, visto que, “emergem as condições para uma classe viver do trabalho de outrem e, em seguida, há substituições das formas de controle e subordinação do trabalho alheio.” (Farias, 2017, p.23)

Essa base é fundamental para as sociabilidades que surgem a partir dessas relações, visto que apresentam os primeiros movimentos de exploração do homem pelo homem, e, logo, o cerceamento da liberdade. Nesse sentido, a funcionalidade do trabalho é modificada diante das possibilidades de exploração, alterando a relação dos homens e criando uma relação de poder, hierarquia e estratégias para a manutenção das condições de exploração.

O ato de produzir para além do necessário reconfigura o processo de sociabilidade, apresentando para os dominadores o explorar do outro homem enquanto uma atividade vantajosa. A gênese da propriedade privada reafirma essa condição, cristalizando para os dominadores condições objetivas de exploração, e modificando as relações econômicas e sociais que organizam a sociedade. A concepção materialista, sinaliza que:

a produção, e com ela a troca de produtos, é a base de toda ordem social; de que em todas as sociedades que desfilam pela história, a distribuição dos produtos, e juntamente com ela a divisão social dos homens em classes ou camadas, é determinada pelo que a sociedade produz e como produz e pelo modo de trocar os seus produtos. De conformidade com isso, as causas profundas de todas as transformações sociais e de todas as revoluções políticas não devem ser procuradas nas cabeças dos homens nem nas ideias que eles façam da verdade eterna ou da eterna justiça, mas nas transformações operadas no modo de produção e de troca; devem ser procuradas não na filosofia, mas na economia da época que se trata (Engels, 2005, p. 95)

Portanto, a fim de retratar o processo de liberdade x trabalho, recorre-se à Farias (2017), especialmente no capítulo “As primeiras formas de exploração do homem pelo

homem e de liberdade” em que realiza uma análise dessa trajetória a fim de compreender as primeiras relações de escravidão do homem pelo homem através das sociedades primitivas e os modos de produção escravistas e feudais.

Inicialmente, as sociedades primitivas eram baseadas no comunismo primitivo, ou seja, tinham o nomadismo enquanto forma de sobrevivência, “os homens eram dependentes de uma ampla escala de fenômenos naturais para a sua sobrevivência.” (Farias, 2017, p.19). Considerando as relações pela perspectiva das forças produtivas, não estavam desenvolvidas e eram realizadas no seu caráter mais rudimentar voltado apenas para a condição de subsistência. Em relação às sociedades escravistas, estas inauguram na história da humanidade a primeira relação de exploração do homem pelo homem, assim “consistia na exploração de forma explícita e evidente”. (Farias, 2017, p.29). A força de trabalho era extraída por meio da dominação direta, muitas vezes resultante de guerras, e a liberdade era completamente suprimida.

Com o avanço das forças produtivas e, em consequência, da divisão do trabalho, o sistema de organização feudal foi desenvolvido. Esse sistema era pautado em um modo de organização com hierarquia social rígida baseada no nascimento e a produção voltada para agricultura, mantinham uma relação de servidão entre o senhor feudal, dono da terra, e seus servos. A manutenção da dominação era legitimada por fundamentos religiosos, em que os servos acreditavam que “só alcançará o reino de Deus se cumprir de boa vontade e com satisfação a classe dominante.” (Farias, 2017, p.28)

Nesse sentido, a análise apresentada abarca as formas de sociabilidades da Antiguidade e da Idade Média reafirmando como que as relações sociais se moldam a partir das forças produtivas e do cerceamento de liberdade daqueles que são determinados enquanto servos/escravos, mantendo o poderio nas mãos da classe dominante de cada tempo. Se faz fundamental ressaltar que o movimento de extinção e criação das sociabilidades supracitadas não ocorreram de forma linear, dizem respeito ao movimento dialético da humanidade que, a partir das necessidades colocadas, se recriam e se transformam diante das condições específicas. (Farias, 2017)

Assim o desenvolvimento do trabalho, como também da divisão do trabalho causa algo qualitativamente novo, o homem passa a produzir mais que o necessário para sua reprodução. O que modifica completamente a estrutura de classe. Essa capacidade de se produzir excedente permite que uma classe social possa arrumar tempo livre para desfrutar das riquezas sociais da classe produtora. (proletariado, servo e escravo). (Farias, 2017, p.21)

A retomada da trajetória histórica tem como objetivo compreender a relação dos indivíduos com a liberdade, apresentando que, o desenvolvimento de cada sociabilidade estava condicionado às capacidades produtivas e as divisões de trabalho. Nesse sentido, as mudanças ocorridas também foram pressionadas diante das necessidades de ampliação do modo de produção. As relações pré-capitalistas, portanto, apresentavam de forma clara aqueles que detinham o poder, realizando o controle, dentre outras formas, através da propriedade privada, da condição de nascimento e da escravidão diante guerrilhas, marcando de forma efetiva os condenados à vida de servidão sem possibilidade de mobilidade social ou de contestação.

Logo, a análise acerca das relações anteriores ao capital, permite compreender a essencialidade do trabalho para a organização social, sendo a capacidade produtiva de cada período característica principal para a formação social determinada. Assim, apesar do trabalho ser a base para a construção de um ser histórico, social, consciente e livre (Farias, 2017), cabe o questionamento da forma que o trabalho foi sendo transformado ao longo do desenvolvimento das forças produtivas, e principalmente, como foi inserido na sociedade capitalista visto que, seu caráter ontológico é mascarado a fim de produzir e reproduzir a exploração, mitigando as possibilidades de escolha dos indivíduos.

O processo de trabalho se converte em meio de subsistência. A força de trabalho torna-se, como tudo, uma mercadoria, cuja finalidade vem a ser a produção de mercadorias. O que deveria ser a forma humana de realização do indivíduo reduz-se à única possibilidade de subsistência do despossuído. (Antunes, 2006, p.126)

Essa relação pautada na exploração, subverte o caráter ontológico do trabalho, inaugurando na história o trabalho alienado. A alienação do trabalho se baseia em um processo que “o produto de trabalho se separa do trabalho, se converte em objeto alheio, em propriedade de outro; o objeto e o resultado da atividade se aliena do sujeito ativo.” (Barroco, 2009), apresentando uma diferente relação do homem com o trabalho, analisada nos períodos pré-capitalistas.

A inserção subvertida do trabalho permite à classe burguesa a exploração da força de trabalho, afastando os homens do domínio dos meios de produção, enquanto, os mantém como ferramenta essencial para o processo produtivo. Sendo, portanto, o trabalho alienado:

(...) o trabalho alienado aliena a natureza do homem, aliena o homem a si mesmo, o seu papel ativo, a sua atividade fundamental aliena do mesmo modo o homem a respeito da espécie; transforma a vida genérica em meio da vida individual. Primeiramente, aliena a vida genérica e a vida individual; depois, muda esta última

na sua abstração em objeto da primeira, portanto, na sua forma abstrata e alienada. (Marx, 2005, p.116 apud Farias, 2017, p.21)

De acordo com Barroco (2009, p.31) o modo de produção capitalista apresenta para a história da humanidade o maior desenvolvimento do ser social e contraditoriamente o maior grau de alienação (em relação às sociedades precedentes). A gênese da sociedade capitalista parte da possibilidade de exploração do dominador sobre o dominado, e da capacidade sistemática de transfigurar a relação de trabalho, instituindo o trabalho alienado e mascarando as relações de produção, a fim de ampliar as forças produtivas.

Assim, a organização das relações sociais, tem como núcleo básico a compra e venda da força de trabalho, pautadas na criação de estratégias para manutenção da dominação e exploração burguesa. Pautado nesse núcleo básico, o sistema é composto por diferentes formas de condicionar os indivíduos a serem instrumentos de trabalho para a burguesia enquanto única alternativa de sobrevivência diante de um mundo de mercadorias.

Barroco (2009), ao analisar esse processo, contribui para a reflexão acerca da alienação do trabalho, abordando concepções importantes como fetiche e coisificação das relações sociais, aspectos essenciais para compreender a produção do fenômeno geral da alienação do trabalho. O afastamento da classe trabalhadora do caráter ontológico do trabalho condena os trabalhadores a produzirem riqueza para apropriação do capitalista, sendo explorados de forma sistemática na sociedade de classes. Como descrito por Marx (2004):

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas (Sachenwelt) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (Menschenwelt). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral. (Marx, 2004, p.80)

Assim, as categorias que compõem o trabalho alienado permitem a compreensão da essência do trabalho em uma sociedade pautada na exploração, inaugurando uma nova relação entre homens como foi analisado acima. Essa relação produz no seio da sociedade o estranhamento do indivíduo com o que é produzido, resultando na não identificação do trabalhador com seu produto final, e logo, o não reconhecimento do seu papel durante o processo de produção (Barroco, 2009). É nessa dinâmica que se institui a alienação do trabalhador e se efetiva a exploração, visto que:

A alienação do operário no seu produto significa não só que o trabalho se transforma em objeto, assume uma existência externa, mas existe independentemente dele, fora dele, e a ele estranho, e se torna um poder autônomo em oposição a ele: que a vida que deu a esse volta-se contra ele como uma força hostil e antagonica.” (Marx, 1993, p. 596 apud Barroco, 2009, p.33)

O trabalho se apresenta portanto na sociedade capitalista enquanto a “própria negação, ao invés de se objetivar como atividade de manifestação da vida” (Barroco, 2009, p.33). Logo, o percurso traçado para a compreensão do caráter ontológico do ser social, que desencadeia o trabalho como atividade que diferencia os homens, e tem na liberdade de alternativas e escolhas suas habilidades teleológicas de criação, se inverte na sociedade de classes alienando os trabalhadores à condição de sobrevivência mediante o trabalho. Como aponta (Barroco, 2009, p.35):

Quando a atividade humana é alienada, seu caráter social e consciente é negado; a liberdade e a universalidade objetivam-se de forma limitada e inexpressiva, evidenciando as formas descritas por Marx nas quais os homens não se apropriam de suas capacidades e de seus projetos. Como ser livre em um mundo hostil e poderoso, diante do qual a realização do trabalhador é sua própria perda? O ponto culminante de sua servidão é que ele depende do trabalho para existir- inicialmente como trabalhador-e depois para sobreviver fisicamente: a vida genérica do homem é negada quando o trabalho se transforma em instrumento de pura sobrevivência.

Assim, as condições às quais os não detentores dos meios de produção são submetidos no Capital são possibilitadas por meio de diferentes ferramentas de manutenção, sendo, a propriedade privada e a divisão social do trabalho bases fundamentais para mascarar as relações sociais que engendram a estrutura do sistema capitalista apresentando na superfície uma relação entre homens e coisas.

(...) os produtos do trabalho e as coisas adquirem vida própria, representando-se como poderes diante dos quais os homens não têm controle. Esse é o cenário onde ocorre a exploração do trabalho nos moldes capitalistas, pois é mediante essa forma específica de produção que se efetiva a criação da mais-valia que torna possível a acumulação do capital. Fetiche e expropriação do trabalho são, assim, faces de uma mesma relação social historicamente determinada. (Barroco, 2009, p.45)

Para além da relação dos homens com o trabalho, é fundamental pontuar como que o processo de fetichização da vida social transcende o “chão de fábrica” reverberando por todos os aspectos da reprodução de vida do indivíduo. Essa capacidade do sistema capitalista é um alicerce para a produção e reprodução do sistema, que, para além da vida no trabalho, condiciona social, cultural e economicamente os sujeitos.

(...) a totalidade das relações de produção social e das relações que viabilizam a sua reprodução. Sob o salariato não se encontra mais apenas a classe operária, mas a esmagadora maioria dos homens, a rígida e extrema divisão social do trabalho subordina todas as atividades "produtivas" e "improdutivas"; a disciplina burocrática transcende o domínio do trabalho para regular a vida inteira de quase todos os homens, do útero à cova. (Netto, 1981, p. 82)

A análise da totalidade da vida social que apresenta diferentes categorias fundamentais para a compreensão da sua produção e reprodução nos moldes capitalistas, permite situar o debate sobre liberdade enquanto um conceito fundante do ser, mas limitado no seio da sociedade. Portanto, os elementos que compõem o ato de trabalho na sociedade capitalista, subjugam os sujeitos a uma vida de luta pela subsistência, a qual, diante da alienação, mascara o processo de trabalho e cria obstáculos para que o sujeito compreenda a essência do trabalho em seu cotidiano.

(...) trabalhar era, ao mesmo tempo, necessidade eterna para manter o metabolismo social entre humanidade e natureza. Mas, sob o império (e o fetiche) da mercadoria, a atividade vital metamorfoseava-se em atividade imposta, extrínseca e exterior, forçada e compulsória. É conhecida sua referência ao trabalho fabril: se pudessem, os trabalhadores fugiriam do trabalho como se foge de uma peste! (Antunes, 2005, p.138)

O movimento apresentado até a chegada do trabalho alienado, incorporado e difundido na sociedade capitalista, tem como objetivo pontuar a procura pela essência do objeto de pesquisa, superando uma visão fenomênica e reafirmando que, apesar de sua configuração no hoje, a relação dos indivíduos com o trabalho pode e deve ser questionada. Como apresentado por Yolanda Guerra (2009, p.9):

(...) antes de iniciarmos qualquer investigação, deve-se ter a convicção de que existe algo a mais a ser conhecido, que não é dado na aparência, na representação imediata da realidade. Há algo que explica a realidade, sua lógica imanente, que não se apresenta na sua forma de manifestação.

Deve-se assim, considerar as potencialidades intrínsecas ao ato do trabalho, o cerceamento delas na sociedade do capital, como também, as possibilidades de mudanças que não devem se perder no cotidiano. Dessa forma, avançando acerca da investigação sobre o trabalho na atualidade, deve-se considerar as especificidades em território nacional.

O contexto brasileiro, marcado pelo colonialismo, imperialismo e escravismo, resultou numa formação particular do capitalismo no território, que não rompeu com as bases anteriores, mas as moldou e incorporou à lógica capitalista, configurando um capitalismo reconhecido como dependente. Como aponta Florestan Fernandes: “Para se expandirem e

consolidarem, o mercado capitalista moderno, primeiro, e o sistema de produção capitalista, em seguida, adaptaram-se, de uma maneira ou de outra, a estruturas socioeconômicas de origem colonial ou variavelmente pré-capitalistas e dependentes.” (Fernandes, 2009, p. 42)

Nesse sentido, é necessário pontuar a condição que consolida uma manutenção histórica do poderio da elite colonial sobre os meios de produção, enquanto a burguesia nacional e, conseqüentemente, impõe à classe trabalhadora a venda de sua força de trabalho em condições precárias. Debate já apresentado no presente trabalho no capítulo 1.1 “Construção do sistema capitalista: qual o lugar imposto ao ex-escravizado?” o qual analisa a formação sociohistórica pela perspectiva de inserção de pessoas negras.

A transição claramente não-clássica para o capitalismo no Brasil, (...) destina-se a impedir qualquer crescimento a partir de dentro. Prevaleceram os interesses do setor agroexportador e o ímpeto modernizador não teve forças suficientes para engendrar um rumo diferente, já que promovia mudanças com a aristocracia agrária e não contra ela. (Behring, 2008, p. 100).

Dessa forma, os movimentos de mistificação da relação de produção, naturalizam a exploração, e, considerando as especificidades da formação social brasileira racista-patriarcal-classista, é necessário pontuar o tensionamento vivenciado pela classe trabalhadora nesse contexto, sobretudo por mulheres negras diante do processo de exploração.

Direciona-se o debate para o processo de exploração na conjuntura do capitalismo dependente, que, considerando os apontamentos supracitados, condiciona a relação com o trabalho na sociedade brasileira a um desdobramento específico. O conceito utilizado para explicitar essa relação é o de “superexploração” cunhado por Marini (2017), o qual permite aprofundar o conhecimento acerca das relações de subordinação dos países do capitalismo central sob países da periferia do capital, demonstrando os impactos para o acirramento da exploração da classe trabalhadora.

A análise se faz fundamental pois permite distinguir a forma de exploração “comum” característica dos países centrais da exploração que marca os países de capitalismo dependente, como o Brasil. Essa diferenciação se dá diante da estrutura internacional, na qual a inserção e permanência dos países latino-americanos no comércio mundial, é possível através da compensação de suas debilidades de produção sob a massa de trabalhadores. Esse contexto resulta em trabalhadores que recebem abaixo do necessário para sua reprodução social. “Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado

abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho.” (Marini, 2017, p. 15)

Entende-se portanto que, para além da conjuntura estruturante de produção e reprodução do capitalismo ser pautada na centralidade da exploração da força de trabalho da classe trabalhadora, cerceando sua liberdade, a integração da América Latina no contexto de divisão internacional do trabalho, possui um papel central para as condições de exploração no território nacional. De acordo com Marini (2017),

(...) é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (Marini, 2017, p.327)

Assim, a condição do Brasil pela perspectiva internacional do mercado submete sua estrutura econômica a uma série de desvantagens diante dos países centrais. Tal assimetria pode ser observada no “desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas” (Marini, 2017, p.332), nota-se que as desvantagens econômicas são intrinsecamente relacionadas à construção sociohistórica dos países latinos americanos, marcadas pela colonização, imperialismo e escravidão. A forma de repor essa desvantagem escolhida pelos capitalistas são identificadas por Marini em três aspectos “(...) a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho — configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva.”

Dessa forma, recorre-se a Marini (2017) para situar a condição de exploração dos trabalhadores em território nacional, que, diferente de outros países centrais que também apresentam a exploração enquanto condição essencial para a produção e reprodução do capital, no Brasil essa relação se apresenta de forma ainda mais acirrada diante das relações internacionais e as condições às quais os países latinos americanos foram inseridos nesse processo.

O percurso analítico permite compreender o cerceamento da liberdade brutal, diante das relações de exploração acirradas em diferentes níveis. A trajetória sócio histórica brasileira marcada pelo imperialismo inglês e norte-americano, pela construção de uma sociedade racista-patriarcal-classista e pela condição de capitalismo dependente, - processos esses que compõem o movimento dialético de construção nacional -, eleva os níveis da

exploração já incorporada no sistema resultando na superexploração e em dificuldades sistemáticas para a sobrevivência digna da classe trabalhadora, que sofre com maior extração de sua força de trabalho e menores salários.

Percebe-se o movimento de supressão da genialidade humana, sendo substituída pela condição de exploração que atinge a todos os “despossuídos” dos meios de produção, sendo condenados à vida do trabalho como condição para a subsistência, do cerceamento de sua criatividade e, portanto, da castração da liberdade do indivíduo. Essa retomada é fundamental, visto que, ao refletir sobre trabalho para além de sua aparência fenomênica, se faz necessário situar a perspectiva materialista dialética-histórica. O questionar da apresentação do trabalho na atualidade perpassa por compreender suas potencialidades para a reprodução dos sujeitos, permitindo a construção de perspectivas futuras.

A trajetória traçada neste capítulo reafirma que, embora a exploração atinja todos os trabalhadores, ela se intensifica quando focalizamos a reprodução da vida das mulheres negras. Mulheres negras são submetidas a múltiplas formas de opressão interseccional, envolvendo classe, raça e gênero, que as posiciona historicamente nas ocupações mais precarizadas, invisibilizadas e intensamente exploradas no mercado de trabalho, cerceando de forma profunda não apenas suas condições materiais de vida, mas também a possibilidade concreta de exercerem plenamente sua liberdade.

Reconhece-se que a liberdade só pode ser alcançada diante da supressão do sistema capitalista. Essa organização social e econômica é sustentada e possibilitada com a condição de limitar a liberdade do indivíduo, em todos os aspectos. Pelo prisma de mulheres negras essa realidade é acirrada, oferecendo a elas uma vivência marcada pela reprodução de opressões que as violam expressivamente.

Partindo da perspectiva macro sobre trabalho, e de suas especificidades em um país de capitalismo dependente marcado pela superexploração, iremos analisar as condições de trabalho na atualidade, compreendendo os pseudo avanços do mercado de trabalho e o rebatimento em mulheres negras.

2.2 MULHERES NEGRAS E AS POSSIBILIDADES FRENTE AO AVANÇO DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir

rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelados.

*Lélia Gonzalez*¹⁷

Lançando luz sobre o lugar que se localizam mulheres negras no processo produtivo, questiona-se, porque “os mais baixos níveis de participação na força de trabalho, “coincidentemente”, pertencem exatamente às mulheres e à população negra”? (González, 2020, p. 23).

Reafirmam-se, portanto, os fatores ideológicos, científicos, sociais, culturais e econômicos que pavimentaram um caminho de naturalização de mulheres negras em postos de trabalho precarizados, impondo obstáculos para a manutenção da vida social. É necessário compreender a organização produtiva apresentada na contemporaneidade e as oportunidades hoje oferecidas a elas.

A posição ocupada pela mulher negra representa uma herança da mentalidade colonial na sociedade brasileira, especialmente naquelas pessoas que se fixam em grandes centros urbanos, que têm a ideia de que o trabalho exercido pela mulher negra, especialmente no âmbito doméstico, seria um exercício laboral de menor importância, sem valores reais, baseado na ideia de que essas trabalhadoras já estariam sendo beneficiadas pela oferta de alimentação e moradia (Davis, 2011, apud Chai, et al, 2023, p.3)

Essa herança se materializa de diferentes formas, e, pela perspectiva do acesso ao trabalho, é possível reconhecê-la na presença majoritária de mulheres negras em postos de trabalhos braçais, precários e destituídos de direitos como, por exemplo, no mercado informal, no trabalho doméstico e no trabalho análogo à escravidão.

Portanto, o movimento dialético de manutenção da ordem impacta diretamente sobre as condições dos trabalhadores em diferentes sentidos, dentre eles atenta-se para o tensionamento das condições precárias encontradas no mundo do trabalho e da desmobilização dos movimentos sociais, que obstaculiza as possibilidades de conquistas e reivindicações da classe trabalhadora.

Aprofundar sobre a relação com o trabalho contemporâneo pelo prisma de mulheres negras, diz respeito a analisar a relação de opressão que envolve a exploração do **trabalho**. Nesse sentido, “não há dúvidas sobre o fato de que as opressões decorrentes do patriarcado antecedem o capitalismo. A questão aqui empreendida é a do reconhecimento de que essas

¹⁷Gonzalez, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, Luiz Antônio Machado da (Org.). Revista Ciências Sociais Hoje. Brasília: ANPOCS, 1984. p. 226.

opressões sobreviveram à sua emergência e tornaram-se necessárias às relações sociais capitalistas.” (Barroso, 2018, p.456). Portanto, a relação opressão/dominação se apresenta enquanto ferramenta do capital rumo a manutenção da exploração, sendo os aspectos racistas e patriarcais funcionais para a reprodução do sistema.

Em outras palavras, através da opressão/dominação naturalizam-se relações, comportamentos, mentalidades, que se convertem em privilégios e desigualdades, os quais favorecem a exploração. Tais privilégios e desigualdades não se limitam ao sexo, mas abarcam as relações étnico-raciais. Assim, considera-se que "a opressão constitui, ao mesmo tempo, o veículo e o disfarce da exploração" e, apesar de afetar a todos (por seu caráter estruturante), incide de modos diferentes e com intensidades diversas sobre os elementos que pertencem a uma e a outra categoria de sexo e raça (Saffioti, 1984, p. 24). (Saffioti, 1984, apud Barroco, 2018, p. 458)

Assim, é fundamental destacar a relação entre homens e mulheres no contexto do processo produtivo, considerando a histórica e cultural desigualdade imposta às mulheres. Sendo necessário, reconhecer as especificidades que esse cenário representa na vida de mulheres negras, tendo em vista o processo sócio-histórico de opressão/dominação estruturado pelo racismo e pelo patriarcado.

Nesse sentido, a fim de compreender a relação com a exploração através das determinações de raça e gênero, utilizamos dos conceitos de divisão sexual e divisão racial do trabalho para aproximação com essa dimensão. Esses aspectos são fragmentos da divisão social do trabalho que, “(...) atribuem funções a homens e mulheres de acordo com o conceito sociocultural de feminino e masculino. Tais relações são, ainda, permeadas por questões de gênero, classe e raça/etnia.” (Nascimento, 2014, p.42)

A divisão sexual do trabalho representa uma estrutura de desvalorização do trabalho feminino, sendo uma dimensão histórica fundamental para a construção do mundo do trabalho moldado pelas graças do patriarcado. Retomando de forma breve a inserção de mulheres no mercado de trabalho, tem-se a Revolução Industrial enquanto um marco para a ampliação de mulheres na força produtiva de maneira consubstancial, no entanto, essa inserção se deu de forma precarizada, impondo às mulheres os piores cargos, salários e jornadas.

(...) o desenvolvimento capitalista que ganhou força com a Revolução Industrial, isto é, com a introdução da maquinaria no processo produtivo, propiciou a maior inserção de mão de obra feminina. Entretanto, essa inclusão se dá em meio a ocupações de baixa capacidade técnica e subalternizada, possíveis de serem conciliadas às atividades domésticas, o que expressa a dupla jornada de trabalho vivenciada pelas mulheres. (Nascimento, 2014, p.44)

Com a intensificação da inserção feminina no mercado de trabalho foram realizadas adaptações que permitissem a continuidade dessas mulheres nos trabalhos domésticos,

resultando em uma integração subalternizada por meio de cargos menores, desvalorizados e inferiores aos ocupados por homens, estratégias visando à ampliação da extração da força de trabalho. Essa inserção precarizada, justificada pelo lugar de mulheres enquanto mães, esposas e responsáveis pelos cuidados da casa, foi endossada por explicações biológicas e culturais que respaldavam uma superioridade masculina e incapacidade feminina de lidar com determinadas situações do ambiente de trabalho. Como apresentado por Sara Nascimento (2014):

A ocupação de postos de trabalho subalternos e a menor qualificação profissional das mulheres revelam e reforçam o preconceito e a discriminação existentes contra elas na sociedade, em especial, no mundo do trabalho. Como ressalta Saffioti (1976 ,p. 47), “a valorização da força física do homem serve de justificativa à hierarquização dos sexos, [já que os] preconceitos de raça e sexo desempenham, pois, um papel relevante quer na conservação do domínio do homem branco, quer na acumulação do capital. (Saffioti, 1976, apud Nascimento, 2014, p. 45)

Assim, o processo de inferiorização de mulheres nos postos de trabalho reflete a realidade subalterna vivenciada por elas em todos os âmbitos diante de uma sociedade patriarcal. Aspectos da dominação masculina construíram a naturalização de mulheres em cargos inferiorizados, como por exemplo, o discurso biológica da diferença física e o período de maternidade que são comumente utilizados como ferramenta para respaldar as dificuldades de mulheres para ascensão no mercado de trabalho, reforçando a “subalternidade na hierarquia das posições, bem como a preferência de mão de obra masculina nos cargos de chefia que requisitam maior responsabilidade.” (Nascimento, 2014, p.46)

A precarização vivenciada por mulheres no mercado de trabalho, constitui a relação que a sociedade possui com o feminino. Ao retomar o papel das mulheres em sociedades pré capitalistas, é possível reconhecer a importância para subsistência familiar e produção de riqueza social (Saffioti, 1976, p.32 apud, Nascimento, 2014, p.42), no entanto, quando observada pelo prisma da sociedade estruturada pela cultura patriarcal percebe-se a desvalorização do feminino em prol da dominação masculina.

A divisão sexual do trabalho, ao distribuir atividades de acordo com o sexo, expressa sinais de hierarquia e opressão de um sexo sobre o outro, pois as funções ditas masculinas aparecem como superiores às femininas, já que estas carregam a atribuição da inferioridade e complementaridade às masculinas. Assim, a divisão sexual do trabalho, entendida como fator histórico, está estruturada a partir do princípio de o trabalho masculino ser superior ao feminino, o que reforça a hierarquia nas relações de poder baseadas o sexo. (Nascimento, 2014, p.43)

Dessa forma, é possível compreender uma trajetória em prol da naturalização de mulheres em trabalhos precarizados e, culturalmente desvalorizadas como os trabalhos relacionados ao cuidado¹⁸ como reflexo da construção social patriarcal pautada na subserviência perpetuada de mulheres.

“Devido ao caráter patriarcal e paternalista, atribui-se à mulher branca o papel de esposa e mãe, com a vida dedicada ao seu marido e filhos. Deste modo, seu papel é assinalado pelo ócio, mantendo-se amada, respeitada e idealizada naquilo que o ócio lhe representava como suporte ideológico de uma sociedade baseada na exploração do trabalho [e da pessoa] de uma grande camada da população.” (Nascimento, 2019, p.246)

Assim, essa dimensão é acirrada quando consideramos mulheres negras e a historicidade no seio de uma sociedade racista-patriarcal-capitalista. Para isso, recorre-se a Gonzalez (2020) que se aprofunda acerca da divisão racial do trabalho, analisando pela determinação de raça a imposição e naturalização de pessoas negras em postos precarizados.

O que existe no Brasil, efetivamente, é uma divisão racial do trabalho. Por conseguinte, não é por coincidência que a maioria quase absoluta da população negra brasileira faz parte da massa marginal crescente: desemprego aberto, ocupações “refúgio” em serviços puros, trabalho ocasional, ocupação intermitente e trabalho por temporada etc. Ora, tudo isso implica baixíssimas condições de vida em termos de habitação, saúde, educação etc. (Gonzalez, 2020, p.40)

A denuncia realizada pela autora, diz respeito ao processo econômico, social, ideológico e cultural de supremacia branca, que demarca privilégios para as camadas brancas no Brasil. Lélia Gonzalez apresenta que as vantagens direcionadas à pessoas brancas, pela perspectiva de construção sociohistórica do lugar das pessoas negras no Brasil, delimita as possibilidades no mercado de trabalho para essas mesmas pessoas. Mesmo que diante das mesmas capacitações, pessoas brancas seguirão à frente de pessoas negras.

A leitura realizada pela autora do local imposto às pessoas negras nos anos 1970 permanece fundamental, pois são perceptíveis mudanças em relação à condição observada no período, porém a disparidade de pessoas negras com acesso ao trabalho formal continua potente diante da necessidade sistêmica. A realidade precária é assim modificada, porém nunca suprimida. Essa subalternização contínua pode ser observada, por exemplo, diante da persistente precariedade do trabalho doméstico que, apesar de reconhecido diante da PEC das Domésticas¹⁹, cenário que apresenta um avanço em relação ao alcance aos direitos dessas

¹⁸ Para maior conhecimento sobre o trabalho de cuidado ler Hirata (2016).

¹⁹ A PEC das Domésticas foi regulamentada pela Lei Complementar no 150, em 2015. Sendo reconhecida após sua regulamentação pela Lei das Domésticas. Esse marco legal tinha como objetivo assegurar “(...) às

mulheres, continuam sendo postos marcados pela informalidade. Essa realidade pode ser percebida através do “aumento expressivo da proporção de profissionais do sexo feminino sem carteira de trabalho assinada e sem proteção previdenciária no setor, além de estagnação dos rendimentos e ampliação das desigualdades raciais na categoria.” (Dieese, 2023, p.23) Logo, “Se a mulher negra hoje permanece ocupando empregos similares aos que ocupava na sociedade colonial, é tanto devido ao fato de ser uma mulher de raça negra como por seus antepassados terem sido escravos.” (Nascimento, 2019, p.248)

A partir do conceito marxista de superpopulação relativa, Gonzalez realiza uma leitura acerca desse cenário para se aproximar do debate da condição subalterna do negro no mercado do trabalho pela perspectiva de acumulação do capital, colocando a funcionalidade da manipulação das determinações de gênero e raça para naturalizar a realidade violenta vivida por pessoas negras. Dessa forma, através da análise marxista, entende-se que a superpopulação relativa,

(...) constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional. (Marx, 2013, p.858)

Logo, esse conceito corresponde à uma massas de disponíveis do sistema, que dentre suas funcionalidades ao capital se converte em acumulação capitalista regularizando os salários, através de uma oferta e demanda de trabalho. Seria portanto, uma camada atingida pelo desemprego, que fica à mercê das necessidades de valorização do capital, ocupando espaços precarizados enquanto única alternativa para tentar garantir sua subsistência.

Se colocamos a questão da funcionalidade da superpopulação relativa, constatamos que, no caso brasileiro, grande parte dela se torna supérflua e se constitui em uma massa marginalizada em face do processo hegemônico. Claro está que todas as questões relativas ao desemprego e ao subemprego incidem justamente sobre essas populações. E, “coincidentemente”, os mais baixos níveis de participação na força de trabalho pertencem à população negra brasileira. (Gonzalez, 2020, p.34)

E a trabalhadora negra, cumé que fica?²⁰ Beatriz Nascimento, ao realizar um comparativo com a inserção no ambiente de trabalho a partir dos anos 1930, descreve a

trabalhadoras uma série de direitos que os demais trabalhadores já possuíam, como isonomia salarial, jornada de trabalho de 44 horas semanais, proteção contra a demissão sem justa causa, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), seguro-desemprego, estabilidade para a gestante, seguro contra acidente de trabalho, reconhecimento das convenções e acordos coletivos, entre outros.” (Dieese, 2023, p.2)

²⁰ Essa frase é o título do capítulo 11 do livro “Por um feminismo afro-latino-americano” de Lélia Gonzalez (2020).

vivência específica diante das determinações de raça e gênero, pontuando que “a mulher branca passa a fazer parte da força de trabalho e a ocupar lugares definidos como de “atividades femininas”, por pertencerem a um grupo subordinado.” (Nascimento, 2019, p.249) sendo, essa fase inicial da industrialização marcada pela transferência das mulheres brancas de atividades da indústria tradicional, principalmente a têxtil, para empregos burocráticos que apesar de mal remunerados, exigiam qualificação educacional. Diante desse contexto, homens da classe média “ascendem a ocupações burocráticas de nível mais alto.” (Nascimento, 2019, p.249). No entanto, o que se observa da mulher negra é o inverso:

(...) primeiro, porque a mulher negra ainda não teve acesso à educação suficiente, a fim de qualificar-se para estes tipos de empregos burocráticos. Segundo, porque esses empregos implicam relações públicas ou relação com o público, como o comércio de mercadorias. Neste contexto, o critério racial se faz muito mais seletivo, mantendo a mulher negra nos empregos tradicionais ou, então, como operárias industriais. (Nascimento, 2019, p.249)

Considerando a perspectiva da interseccionalidade percebe-se que, diante da divisão sexual e racial, mulheres negras são atravessadas por ambas codições no mercado de trabalho, e, portanto, “a mulher negra permanece como o setor mais explorado e oprimido da sociedade brasileira, uma vez que sofre uma tríplice discriminação (social, racial e sexual).” (Gonzalez, 2020, p.119)

Esses atravessamentos exigem um olhar para as condições específicas de mulheres negras nesse cenário que, ao contrário de mulheres brancas, foram impostas durante toda a construção da formação brasileira à ocupar um lugar específico no processo produtivo. Gonzalez (2020) realiza um panorama comparativo entre a situação de mulheres negras enquanto escravas e enquanto mulheres trabalhadoras “livres”.

Nossa situação atual não é muito diferente daquela vivida por nossas antepassadas: afinal, a trabalhadora rural de hoje não difere tanto da “escrava do eito” de ontem; a empregada doméstica não é muito diferente da “mucama” de ontem; o mesmo poderia se dizer da vendedora ambulante, da “joaninha”, da servente ou da trocadora de ônibus de hoje e da “escrava de ganho” de ontem. (Gonzalez, 2020, p.199)

O processo que envolve a naturalização de mulheres negras em postos de trabalho precarizados, como em funções braçais, desvalorizadas, socialmente menos prestigiadas e afastadas do acesso aos direitos trabalhistas, demonstra a perpetuação da extrema violência do período escravocrata direcionado à essas mulheres, fragmento que já foi revisitado no capítulo 1 deste trabalho.

O percurso analítico traçado propõe-se em, através da perspectiva crítica e dialética, partir da inserção de mulheres negras no mercado de trabalho, pontuando a diferenciação entre mulheres e homens, e, de forma específica, entre mulheres brancas e mulheres negras. Essa relação desigual com o trabalho deve ser analisada na conjuntura atual de avanço no processo de precarização do trabalho, e logo, do tensionamento de uma camada historicamente obstaculizada do acesso ao trabalho. Como apresentado em Cisne; Santos, 2018:

(...) é importante compreendermos a divisão sexual e racial do trabalho para que possamos entender que as opressões racistas e patriarcais possuem uma base material que tem, como fim, a manutenção de uma sociedade pautada na exploração. (Cisne; Santos, 2018. p. 65)

A perspectiva histórica portanto é fundamental pois permite ir para além da perspectiva fenomênica, situando os engendramentos sociais, econômicos e culturais que estruturam a relação de mulheres negras com o trabalho. Compreender essas condições históricas torna-se essencial para analisar a realidade contemporânea do mundo do trabalho. Diante do avanço dos processos de precarização e flexibilização, impõe-se a necessidade de refletir: como se configura hoje a condição das mulheres negras, grupo historicamente excluído dos espaços produtivos dignos e incorporado, de forma majoritária, às camadas mais precarizadas do mercado de trabalho? Para isso recorre-se à Ricardo Antunes (2000), que ao destrinchar o processo de precarização do mundo do trabalho, auxilia na compreensão a nível macro dos aspectos que reverberam sobre a estrutura do mundo do trabalho.

(...) desregulamentação, flexibilização, terceirização, bem como todo esse receituário que se esparrama pelo “mundo empresarial”, são expressões de uma lógica societal onde o capital vale e a força humana de trabalho só conta enquanto parcela imprescindível para a reprodução deste mesmo capital. Isso porque o capital é incapaz de realizar sua autovalorização sem utilizar-se do trabalho humano. Pode diminuir o trabalho vivo, mas não eliminá-lo. Pode precarizá-lo e desempregar parcelas imensas, mas não pode extingui-lo. (Antunes, 2000, p.38)

Nesse fragmento destacado, o autor se posiciona contrário aos estudos acerca do possível “fim do trabalho” diante das crises do capital reafirmando que, sendo o trabalho essencial para a geração de valor no seio da sociedade capitalista, apesar de precarizado e diminuído, não será extinto. O trabalho é mantido por conta de sua funcionalidade, ainda que em moldes deploráveis para a classe trabalhadora. Assim, no contexto de crise do capital, são perceptíveis estratégias de caráter destrutivos de manutenção que condenam os trabalhadores a compor uma massa dos excluídos e dos precarizados. (Antunes, 2000)

De forma breve, Antunes (2000) realiza uma retomada histórica acerca dos processos que resultaram na lógica destrutiva assumida pelo capital a fim de sua manutenção. Partindo da crise do capital dos anos 1970, pela perspectiva de direitos e da relação do mundo do trabalho, a crise do “welfare state” resulta no reordenamento das atividades econômicas e sociais, suprimindo as políticas voltadas para o acesso à direitos sociais, e assumindo uma postura neoliberal de ataque às políticas sociais e de regressão das conquistas trabalhistas.

O Neoliberalismo passou a ditar o ideário e o programa a serem implementados pelos países capitalistas, inicialmente no centro e logo depois nos países subordinados, contemplando reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do estado, políticas fiscais e monetárias, sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital como Fundo Monetário Internacional. (Antunes, 2000, p.40)

Dessa forma, o neoliberalismo surge enquanto uma das artimanhas do capital para sua manutenção, sendo apresentado como a saída para a crise estrutural do capital dos anos 1970 e amplamente adotado por diversos pólos das economias capitalistas. Reconhecidas por Antunes como "estratégias destrutivas do capital", esse movimento engloba diversas práticas que intensificam a precarização do trabalho e enfraquecem os movimentos operários.

Para além da crise, que resulta na adoção do receituário neoliberal, o autor analisa os impactos do “fim do socialismo” diante do “desmoronamento do Leste Europeu (e da quase totalidade dos países que tentaram uma transição socialista, com a ex-União Soviética à frente)” (Antunes, 2000, p.39) para a adoção de uma postura burocrática pelos movimentos sociais, pontuando o conjunto de elementos que culminaram na fragilização das organizações dos trabalhadores diante de um cenário de desmonte dos direitos no mundo do trabalho.

Behring (2000), auxilia na compreensão do sucateamento dos movimentos sindicais diante da adesão às teses neoliberais, visto que estas “atribuem a crise ao poder excessivo dos sindicatos, com sua pressão sobre os salários e os gastos sociais do Estado, o que estimula a destruição dos níveis de lucro das empresas e a inflação; ou seja, a crise é um resultado do keynesianismo e do *Welfare State*.” (Behring, 2000, p.10)

Assim, “O capitalismo contemporâneo, com a configuração que vem assumindo nas últimas décadas, acentuou sua lógica destrutiva.” (Antunes, 2000, p.37), sendo elas materializadas com a substituições dos padrões produtivos com tendências a flexibilização e desregulamentação²¹, como também pela adoção do receituário neoliberal em detrimento do modelo social-democrata, assumindo um posicionamento privatizante e anti-social.

²¹ Á título de observação o autor aborda os padrões produtivos taylorismo e fordismo sendo substituídos pelo método toyotista. Ver mais em: Antunes, 2000, p.37.

Essa lógica destrutiva que domina as ações sociais e econômicas a nível mundial, é um conjunto de estratégias em resposta à própria crise do capital. Sendo assim, “Quanto mais aumentam a competitividade e a concorrência inter-capitais, inter-empresas e inter-potências políticas do capital, mais nefastas são suas consequências.” (Antunes, 2000, p.37)

Trata-se, portanto, de uma aguda destrutividade, que no fundo é a expressão mais profunda da crise estrutural que assola a (des)sociabilização contemporânea: destrói-se força humana que trabalha; destroçam-se os direitos sociais; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental “sociedade do descartável”, que joga fora tudo que serviu como “embalagem” para as mercadorias e o seu sistema, mantendo-se, entretanto, o circuito reprodutivo do capital. (Antunes, 2000, p.38)

Dessa forma, é possível compreender que, no contexto da crise do capital, o neoliberalismo se consolida como uma estratégia política e econômica que acirra a “questão social”. Nesse sentido, Behring (2000) identifica as principais características estruturantes de um governo neoliberal, que tem como objetivo manter a lógica de acumulação do capital. A autora identifica características basilares para um Estado neoliberal, dentre eles, encontramos a ação de sucateamento da ação dos sindicatos, a contenção dos gastos sociais e restauração de uma taxa natural de desemprego, ou seja, a recomposição do exército industrial de reserva que permita pressões sobre os salários e os direitos, tendo em vista a elevação das taxas de mais-valia e de lucro e o desmonte dos direitos sociais, implicando quebra da vinculação entre política social e esses direitos, que compunha o pacto político do período anterior. (2000, p.10)

Tais características representam a receita para uma catástrofe em relação aos acessos da classe trabalhadora à direitos fundamentais. Seja por meio da ampliação do sucateamento das políticas sociais, seja através da deterioração das condições de trabalho.

Agrava-se portanto um cenário historicamente desigual. A estrutura que impõe às mulheres e pessoas negras, de forma majoritária, os piores lugares no âmbito do trabalho historicamente, realiza a manutenção do padrão, transformando as configurações do trabalho de forma ainda mais prejudicial e se distanciando da efetividade de direitos trabalhistas previamente conquistados. Consequentemente, a relação de exploração e opressão racista-patriarcal, é tensionada, e nota-se o crescimento de trabalhos precários e desprotegidos.

A compreensão da consolidação do receituário neoliberal no Brasil “tem relação com a força do processo de redemocratização e questões político-econômicas internas.” (Behring,

2000, p.13) A condição de capitalismo dependente, faz com que os impactos da crise dos anos 1970 sentida por países centrais, ganhe espaço no Brasil nos anos 1990. E, diante da mundialização do capital e o local alcançado na periferia da divisão internacional do trabalho as políticas nacionais encontram formas de tornar:

(...) os territórios nacionais mais atrativos às inversões estrangeiras. Os Estados locais convertem-se em ponto de apoio das empresas. Para Husson (1999), uma das funções econômicas do Estado - a qual Mandel (1982) caracteriza como sendo de assegurar as condições gerais de produção - passou a ser a garantia dessa atratividade, a partir de novas relações entre este e grupos mundiais, onde o Estado tem um lugar cada vez mais subordinado e paradoxalmente estrutural. (Behring, 2009, p.72)

Assim, deve-se pontuar a realidade de transformações políticas, econômicas e sociais que ocorreram a partir dos anos 1990 em território nacional, a fim de compreender como que, a adesão neoliberal resulta no “crescimento da pobreza, do desemprego e da desigualdade, ao lado de uma enorme concentração de renda e riqueza no mundo.” (Netto, 2006 apud Behring 2000, p.14), seguindo na contramão da consolidação de uma série de direitos conquistados na Constituição de 1988.

Nesse sentido, apesar do Brasil ter sido o último país da América Latina a incorporar a política neoliberal - tendo enquanto obstáculos a dificuldade de consenso entre as frações da burguesia e a efervescência política dos movimentos sociais nos meados dos anos 1980 (Filgueiras, 2006) -, os anos 1990 foi marcado por uma série de contrarreformas diante da crise do capital que marca a cristalização das políticas neoliberais no cenário nacional.

Dessa forma, a série de contrarreformas²² do Estado, atinge expressivamente à condição de trabalho, logo, de vida, da classe trabalhadora. Esse contexto, representado por diferentes marcos de reformas, percorre um caminho de Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso (FHC), sendo governos marcados pelo processo de consolidação do neoliberalismo na política brasileira dos anos 1990. Sendo fundamental destacar, que o receituário neoliberal seguiu potente nos governos posteriores de Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro representados por diferentes aspectos, porém com as marcas neoliberais nas políticas nacionais que deram sequência à precarização das condições de trabalho e de sucateamento das políticas sociais.

²² Elaine Behring descreve as contra-reformas como, “Mudanças constitucionais com o rótulo pirata de “reformas”” as quais “têm sido um sistemático desmonte da estrutura estatal, com o objetivo mais grave e profundo de atingir e fazer retroceder os direitos sociais — mas nessa esteira, nem os direitos civis e políticos estarão a salvo — cuja construção foi produto da história de trabalhadores lutando contra a total mercantilização; vale dizer, impondo limites à exploração. Este é o caráter mais profundo dessas “reformas”. (Behring, 2009, p.16)

A fim de compreender os impactos nas condições de trabalho, analisa-se brevemente o governo do FHC, para compreender a adesão do neoliberalismo enquanto uma estratégia fracassada para responder “ao aumento do desemprego, ao rebaixamento dos salários, ao retrocesso das conquistas obtidas através da organização da luta sindical e da Constituição Federal de 1988.” (Ferrarez, 2022). Visto que, diferente das motivações que envolvem sua adesão, teve como resultado o acirramento da luta de classes, favorecendo a burguesia nacional e a diminuição da ação estatal. No âmbito do trabalho, flexibilizou e precarizou as condições de trabalho.

O governo FHC foi marcado por seu discurso Reformista do Estado, seguindo a orientação do mercado, focado nas privatizações e na reforma da Previdência Social. A argumentação era que “a carta constitucional era vista como perdulária e atrasada –, estaria aberto o caminho para o novo “projeto de modernidade”” (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 148). (...) Registrou-se um intenso processo de privatização de empresas estatais brasileiras através de ações que caracterizaram a entrega de parte do patrimônio público ao capital estrangeiro, com a “ilusão” de que era para pagamento da dívida externa, gerando desequilíbrio da balança comercial, falta de investimento no país (fazendo com que o dinheiro fosse para o exterior e não mais permanecesse no país) e, principalmente, agravamento do desemprego. (Ferrarez, 2022, p.8)

O traço comum das políticas regulamentadas nos anos 1990, é o privilegiamento da redução do papel do Estado diante das políticas sociais em nome da “estabilidade econômica”. Assim, percebe-se uma série de ataques às condições de trabalho, acarretando na diminuição de empregos formais, aumento da terceirização e de outras formas precárias e instáveis de contratação.

Percebe-se, portanto, que o processo de produção e reprodução do capital, pautado no receituário neoliberal, diante do crescimento do desemprego, utiliza-se da fomentação de atividades no mercado informal enquanto mecanismo para inviabilizar direitos trabalhistas conquistados pela classe trabalhadora. “Proliferaram, a partir de então, as distintas formas de “empresa enxuta”, “empreendedorismo”, “cooperativismo”, “trabalho voluntário”, etc, dentre as mais distintas formas alternativas de trabalho precarizado.” (Antunes, 2008, p.4)

Para compor a análise acerca das condições sócio-históricas apresentadas acima recorre-se aos dados recentes sobre a relação trabalho formal e informal como também os determinantes raciais e de gênero que emergem quando comparados os dados em relação à inserção no mercado informal. Observa-se que há um intenso debate acerca da informalidade em território nacional, devido às diferentes caracterizações (Araújo, 2013). Assim, seguindo o exposto no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, considera-se o emprego informal como a ocupação que “(...) compreende o trabalhador sem carteira nos setores privado e público, o

trabalhador doméstico sem carteira, o empregador sem CNPJ, o trabalhador por conta própria sem CNPJ e o trabalhador familiar.” (Lameira, et al, 2022, p.2).

Sendo fundamental analisar esse cenário não perdendo de vista as determinações de raça e gênero. O boletim realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese, 2024), apresentou que apesar do aumento de pessoas negras com ocupação, quando analisadas as tipologias da ocupação, percebe-se uma ocupação significativa da população negra em postos precários. Mais da metade dos trabalhadores formais (54,6%) são brancos enquanto mais da metade dos trabalhadores informais (55,7%) são negros. Quando analisa-se os dados de 2024, percebe-se a perpetuação dessa condição. Pesquisas realizadas pelo IBGE, no quarto trimestre de 2024, revelaram a taxa de informalidade, entre os brancos (de 33,5% para 32,6%), mas ela se elevou entre pardos (43,2% para 43,5%) e pretos (41,8% para 41,9%). (Moura, 2024)

Essas notícias fazem referência à historicidade excludente de pessoas negras na estrutura do país, e sobretudo mulheres negras. O trabalho doméstico também é composto por grande parte das mulheres negras no Brasil, sendo que cerca de 92% das pessoas ocupadas no trabalho doméstico são mulheres e, significativamente, 65% delas são representadas por mulheres negras. Sendo possível, identificar claramente a relação de mulheres negras com o trabalho doméstico atrelado ao papel imposto durante o período colonial. A maioria está acima dos 40 anos e tem renda média inferior a um salário mínimo (Vilela, 2022).

Apesar de analisar a configuração apresentada nos Estados Unidos, Angela Davis (2016), contribui a aprofundar a relação histórica entre mulheres negras e o trabalho precário:

A equiparação ocupacional das mulheres negras com o serviço doméstico não era entretanto, um simples vestígio da escravidão destinado a desaparecer com o tempo. Por quase um século, um número significativo de ex-escravas foi incapaz de escapar às tarefas domésticas. (...) Mais de dois terços das mulheres negras de sua cidade foram forçadas a encontrar empregos como cozinheiras, babás, lavadeiras, camareiras, vendedoras, ambulantes ou zeladoras e se viram em condições “tão ruins, se não piores, do que as do período da escravidão. (Davis, 2016, p.98)

Portanto, entender que as bases racistas e patriarcais operam sobre a reprodução de vida de mulheres negras, é apontar para a necessidade de desnaturalização das mulheres negras destes lugares e logo, problematizar a funcionalidade para o sistema capitalista, se atentando ao movimento dialético de acumulação do capital, que construiu uma narrativa de subjugação de mulheres negras impondo à elas precariedade.

3. CAMINHOS METODOLÓGICOS, CONTEXTO DA PESQUISA, VIVÊNCIAS NEGRAS.

Ao rejeitar a fantasia da submissão amorosa, pode surgir uma mulher preta participante, que não reproduz o comportamento masculino autoritário, já que se encontra no oposto deste, podendo, assim, assumir uma postura crítica, intermediando sua própria história e seu ethos.

Beatriz Nascimento²³

Esse capítulo apresenta a trajetória metodológica que orienta a pesquisa, detalhando a aproximação com as mulheres convidadas e o contexto do trabalho de campo. Tem como objetivo explicitar a escolha da pesquisa empírica como forma de centralizar as narrativas dessas mulheres, oferecendo um espaço de escuta e troca capaz de captar não apenas as consequências dos mecanismos de dominação e opressão, mas também de protagonizar suas narrativas as convidando para falar sobre si e sobre sua realidade. Demonstra-se a potencialidade dessas mulheres que apesar das inúmeras violências, encontraram formas de resistir e lutar por uma vida digna no seio da sociedade capitalista.

As entrevistas foram registradas em áudio, transcritas e analisadas com base no referencial teórico do materialismo histórico-dialético, aliado a materiais de pesquisa relacionados à realidade de mulheres negras e o acesso ao trabalho no Brasil. Esse processo permitiu uma imersão nas falas das participantes, possibilitando a identificação de temas recorrentes que refletem no cotidiano vivenciado por elas.

A análise dos dados envolveu a categorização dos trechos mais significativos das entrevistas, situando essas histórias no âmago das dinâmicas sociais e econômicas investigadas, lançando luz sobre as diferentes camadas de significados que atravessam a realidade das mulheres negras.

²³ NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p.251

3.1 CAMINHOS METODOLÓGICOS

O viés investigativo da profissão apresenta o incômodo e o compromisso da categoria de questionar as mazelas que atingem a classe trabalhadora sucessivamente. Reconhece-se assim a pesquisa no âmbito do Serviço Social como uma dimensão constitutiva do exercício profissional, que permite repensar a realidade e seguir rumo à luta por um projeto democrático de sociedade. (Guerra, 2009). A categoria tem seu compromisso firmado através do projeto ético político profissional hegemônico, projeto este, que como analisado por Netto (1999, p.15), “tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, (...) daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais”.

Esse compromisso da categoria implica em entender a classe trabalhadora enquanto composta por sujeitos múltiplos, com vontades, desejos e particularidades. Considerar suas subjetividades requer também reconhecer as opressões que os atravessam de formas específicas. O olhar atento para as violências diversas qualifica o exercício profissional, e o aproxima, de fato, do projeto hegemônico escolhido pela categoria. Tendo, como objetivo desta pesquisa contribuir para a construção de conhecimentos críticos que tensionam as bases da exploração e apontem para a emancipação humana, se atentando para as violências específicas vivenciadas por mulheres negras na sociedade racista-patriarcal-classista.

A pesquisa foi guiada pelo viés norteador do método materialista histórico-dialético, conforme proposto por Karl Marx. Tal abordagem parte da análise da realidade concreta para alcançar sua essência, superando a aparência fenomênica e imediata. Como aponta José Paulo Netto (2011, p. 22), o método permite “ir além da aparência fenomênica, imediata e empírica (...) apreendendo a essência”. Assim, compreende-se que o conhecimento da realidade não pode se limitar ao visível, sendo necessário um movimento entre o teórico e o empírico, que possibilite desvelar as determinações estruturais que conformam o objeto de estudo.

Dessa forma, a investigação se desenvolveu em duas frentes metodológicas complementares: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. A primeira etapa foi composta por um levantamento teórico de autores e autoras que abordam criticamente a relação entre capitalismo, raça e gênero, com ênfase no lugar da mulher negra na divisão social e racial do trabalho. No segundo momento, a pesquisa se propôs a centralizar as vozes e vivências de mulheres negras trabalhadoras, buscando compreender, a partir de suas experiências, como as determinações de raça e gênero se expressam na precarização de suas condições de trabalho. Para isso, foi utilizado o grupo focal como instrumento de produção de

dados qualitativos, a fim de promover um espaço de troca e escuta sobre aspectos que sobressaem no cotidiano junto a essas mulheres.

Assim, a pesquisa em campo, articulada em formato de roda de conversa, foi realizada com mulheres negras trabalhadoras do município de Juiz de Fora, especialmente aquelas inseridas na Economia Solidária e atuantes em movimentos sociais como o Fórum de Economia Solidária, o Movimento Negro Unificado (MNU) e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). O convite ocorreu de forma individual através do *Whatsapp*, e após a confirmação de participação, foi criado um grupo com todas com o intuito de decidirmos em conjunto a data e horário que melhor encaixaria na rotina.

Todas as mulheres convidadas são atuantes da Economia Solidária e portanto, são pessoas que conheci a partir da atuação no projeto de extensão da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INTECOOP), que assessora empreendimentos da Economia Solidária e promove o diálogo entre universidade e movimentos sociais. Ao longo de três anos como bolsista do projeto foi possível criar vínculos com as convidadas, estabelecendo contato direto e aproximação para além do contato institucional, facilitando o convite para a participação. Para além disso, as convidadas também possuem vínculo entre si, sendo companheiras de luta em movimentos sociais durante anos.

Como critérios de inclusão definimos que seriam mulheres negras com mais de 18 anos, que residam em Juiz de Fora, que trabalhem atualmente ou já trabalharam, que se sintam confortáveis e seguras para compartilhar suas experiências e que concordem voluntariamente em participar da pesquisa e fornecer consentimento informado. Já enquanto critérios de exclusão consideramos: mulheres não negras; menores de 18 anos, considerando a legislação de proteção a menores que exige cuidados adicionais que fogem ao escopo desta pesquisa; indivíduos que não se identificam como mulheres; participantes que não falam fluentemente o idioma em que a pesquisa será conduzida, sendo o idioma essencial para garantir a compreensão das questões e a clareza para a troca durante a dinâmica proposta; mulheres que apresentarem dificuldade de mobilidade para participação; pessoas com condições de saúde mental que possam ser agravadas pela participação na pesquisa; possíveis participantes que se recusem a fornecer consentimento informado.

No que diz respeito aos riscos, apesar de nenhuma exposição direta das participantes, como forma de mitigar possíveis causalidades, todas as atividades foram planejadas cuidadosamente para garantir a segurança e bem-estar. Portanto, respeitamos o processo de cada participante e foi reforçado que sua participação poderia ser interrompida a qualquer momento.

Após a aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)²⁴ a roda de conversa foi realizada na Casa Helenira Preta²⁵, importante espaço de atuação política e comercial dessas mulheres, com a proposta de criar um ambiente de escuta ativa, troca e reflexão coletiva. O convite foi realizado para quatro mulheres, sendo elas incentivadas à levar mais quatro para a roda, esse incentivo tinha enquanto objetivo fornecer um espaço que proporcionasse diferentes perspectivas, sendo composto por mulheres aproximadas dos debates sobre trabalho e militantes, como também mulheres não atuantes em movimentos sociais. Na data escolhida, algumas participantes entraram em contato informando um imprevisto que as impediram de participar da roda, outras não entraram em contato. O grupo focal contou com a presença de duas participantes, sendo uma delas uma das convidadas e a outra participante foi indicada por outra convidada que não pode participar.

O primeiro momento foi dedicado para apresentar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O documento foi lido na íntegra para as participantes, deixando o espaço para sanar quaisquer dúvidas em relação a pesquisa. Após a assinatura das participantes partimos para a explicação das motivações que envolveram a construção da pesquisa. Com todas as questões referentes ao estudo sanadas, iniciei a gravação em áudio em meu smartphone pessoal.

A conversa foi guiada pela indagação: “A precariedade de mulheres negras no trabalho é coincidência?”, como uma forma de promover uma análise crítica das opressões naturalizadas. A mediação foi orientada por três eixos temáticos que atravessam a questão da precarização do trabalho: (1) mulheres negras no contexto da colonização, (2) o trabalho no sistema capitalista e (3) quais as possibilidades para o alcance da vida digna. Durante a roda os eixos foram usados para nortear o diálogo ao longo da conversa, não como estrutura rígida, de modo a preservar a espontaneidade das participantes, principalmente diante da presença reduzida de mulheres na roda de conversa.

A análise dos dados empíricos foi orientada pelo método materialista histórico-dialético, que parte da compreensão de que os fenômenos sociais devem ser analisados em sua totalidade, considerando suas determinações históricas, as contradições que os constituem e os contextos concretos nos quais se manifestam. Desse modo, as falas das mulheres negras no grupo focal foram interpretadas não de forma isolada, mas em articulação

²⁴ Número do Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE): 90112725.9.0000.5147

²⁵ A casa Helenira Preta sediou o projeto de extensão INTECOOP/UFJF, responsável pela assessoria do Fórum Municipal de Economia Solidária, durante cerca de 8 anos, sendo, portanto, local de realização de diversos fóruns e reuniões internas e externas.

com a realidade concreta e com as determinações estruturais que atravessam o trabalho, o racismo e o patriarcado.

A análise foi realizada por meio da análise de conteúdo temático, compreendida aqui como um instrumento para organizar e interpretar os sentidos expressos nas falas das participantes, assim, foram identificadas categorias empíricas emergentes na roda de conversa.

O processo analítico envolveu três momentos: Leitura e escuta dos registros (transcrições e anotações), buscando apreender a totalidade do material coletado e os sentidos expressos pelas participantes; Codificação e categorização dos conteúdos, agrupando os dados por núcleos temáticos que dialoguem com os eixos previamente definidos na roda de conversa e com as categorias analíticas da pesquisa; Análise interpretativa dialética, na qual se buscará relacionar os conteúdos empíricos às mediações históricas e estruturais, compreendendo como as experiências narradas revelam elementos da realidade social e suas contradições, sem perder de vista a subjetividade das participantes enquanto expressão da objetividade.

Essa abordagem teve como objetivo ir além da descrição das falas, promovendo uma leitura crítica e situada das experiências compartilhadas, e permitindo o tensionamento entre vivência e teoria. A análise dialética permitiu não só a compreensão dos mecanismos de opressão que atravessam o trabalho das mulheres negras, mas também das formas de resistência, organização e produção de alternativas dentro e contra o sistema capitalista, racista e patriarcal.

3.2 AS PARTICIPANTES E SUAS VIVÊNCIAS

Considerando a importância do anonimato, conforme previsto no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), a identificação das participantes será feita por meio de pseudônimos, garantindo o sigilo e a proteção de suas identidades. Para isso, escolhi nomes de mulheres que fazem parte da construção desse trabalho e possuem um lugar especial na minha vida. Minha mãe e minha avó, mulheres negras, trabalhadoras e potentes que permitiram o ampliar do meu olhar sobre o trabalho de mulheres negras e despertaram em mim a necessidade de acompanhar essa trajetória através de um viés crítico. Assim os nomes escolhidos, Rita e Celeste, representam não apenas a proteção das identidades das participantes, mas também um gesto simbólico de reconhecimento e gratidão pela força, resistência e legado destas duas mulheres fundamentais na minha formação pessoal e intelectual.

Uma das mulheres, reconhecida aqui como Rita, frequentava os espaços do Fórum de Economia Solidária, como as reuniões das comissões e reuniões dos grupos incubados pela INTECOOP/UFJF²⁶ espaços os quais eu fazia parte enquanto bolsista realizando os suportes necessários, captando demandas e conversando com os participantes, contexto que possibilitou a criação de vínculos e maior aproximação. Essa intimidade não era uma realidade com Celeste, visto que, fora indicada por outra convidada, sendo aquele o primeiro contato que tive com a participante. Elas já se conheciam por conta das vivências nos movimentos sociais, sendo esse contato um facilitador para que a nossa conversa ocorresse de forma leve e espontânea.

A partir do momento em que apresento a pesquisa, seus objetivos e a documentação, Rita e Celeste começam a compartilhar suas perspectivas sobre o seu lugar enquanto mulheres negras marcadas pelo trabalho em suas trajetórias. Percebo que essas histórias estão intimamente relacionadas às suas possibilidades de vida, sendo o acesso ao trabalho a principal forma de sustento e tentativa de vida mais digna, para elas e para suas famílias. Ao longo da conversa, que se desenvolve de forma espontânea, sem o uso de perguntas pré-estabelecidas, algumas questões emergem de maneira recorrente, se fazendo presentes de forma latente. Compreendo que, a partir desse momento, começam a ser delimitadas as categorias de análise que nortearão a pesquisa e que serão apresentadas a seguir.

3.2.1 Meninas trabalhadoras e o sustento familiar: “A mulher negra nunca lutou para trabalhar, ela sempre trabalhou”²⁷

Conversar com Rita e Celeste sobre o trabalho lançou luz sobre as diferentes formas de negação da infância para mulheres negras. Atualmente com 61 e 62 anos respectivamente, conseguiram descrever com clareza momentos difíceis de uma infância atravessada pelo trabalho infantil, carências, racismo e situações de extrema violência.

A relação com o trabalho iniciou para Rita com 13 anos e para Celeste com 7. Rita iniciou sua atividade em uma fábrica de calçados enquanto estudava a noite, reforçando o quanto era difícil manter os dois. Já Celeste iniciou aos 7 anos na zona rural e relatou a vida

²⁶ A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Juiz de Fora – Intecoop/UFJF é um projeto de extensão atuante desde 1998, que tem como principal objetivo o atendimento de demandas dos/as trabalhadores/as organizados/as ou em estágio inicial de organização autogestionária em Juiz de Fora/MG e microrregião da Zona da Mata Mineira. Ver mais em: <https://www2.ufjf.br/intecoop/2023/04/sua-historia-1-institucional/>

²⁷ Fala de umas das participantes.

cheia de carências em uma casa com 9 irmãos e mãe solo. Ambas centralizam a relação com o trabalho diretamente ligado ao sustento da casa.

Nota-se que a condição de “trabalhadoras” impôs-se de forma precoce na vida dessas mulheres, permitindo refletir sobre a negação da infância e a perda de vivências fundamentais nessa fase da vida, que para elas, foi preenchida por trabalho. Quais as condições de trabalho para meninas de 13 e 7 anos? Como essa relação precoce interfere na reprodução de suas vidas?

A partir da relação longa com trabalho dessas mulheres, convido os/as leitores/as a refletir sobre a negação da infância e das diferentes violências a que essas mulheres foram submetidas, pensando em como a relação com o passado colonial de negação à direitos durante a inserção de pessoas negras na classe trabalhadora, reverbera sobre a vivência dessas mulheres, promovendo uma série de negações ao longo de toda a vida por mais de uma geração. Como reforçado por Rita, “(...) as mães colocava para trabalhar porque primeiro precisava do dinheiro, segundo para comer.”

Estabelecendo um diálogo com a filósofa essencial para esse estudo, Lélia Gonzalez, reconhecemos o trabalho infantil enquanto estratégia principal para a sobrevivência familiar.

(...) lutar pela sobrevivência significa, para tais famílias, apelar para todas as formas possíveis no sentido de conseguir alimento e permanecer em seu estado de fome congênita. Significa não poder deixar suas crianças irem à escola porque, também elas, têm que ajudar nessa luta pela sobrevivência. Que se pense, aqui, nos casos de exploração do trabalho infantil em nosso país, tanto no campo quanto na cidade (em termos urbanos, por exemplo, que se pense nos pequenos vendedores, engraxates, lavadores de carro etc.). (Gonzalez, 2020, p.41)

Assim, realizando uma análise macro, é possível perceber como a inserção desigual de pessoas negras no mercado produtivo e a funcionalidade das estruturas racistas e patriarcais, as quais, para além da negação do acesso ao trabalho, potencializa a naturalização de mulheres negras em postos precarizados. Esse contexto reflete na imposição de meninas no meio de trabalho enquanto alternativa para sobrevivência familiar.

É possível reafirmar a responsabilidade que recai sobre crianças negras, a partir do depoimento de Rita.

(...) Então você imagina, elas saíam com 9, 10. Elas ainda estavam no grupo (escola) e elas saíam do grupo, ia pra casa de família. Quem estudava à tarde, ficava na casa de família de manhã e à tarde às vezes ia pra escola aí para quê? Então para a maioria a realidade foi essa a vida toda. Eu não, porque eu não cheguei a trabalhar nessa fase porque a minha mãe ganhava razoavelmente bem, ela trabalhava com

gente muito rica e tal, mas todas as minhas amigas daquela época trabalhavam de doméstica e a grande maioria é doméstica hoje. (Rita)

Um dos aspectos que mais chama a atenção na fala de Rita é a forma como ela percebe o trabalho infantil. Diante da realidade ainda mais dura vivida pelas suas colegas do bairro, Rita considerava-se “privilegiada” por ter começado a trabalhar apenas aos 13 anos, idade que, embora precoce, representava um alívio dentro de um cenário marcado intensamente pela violação de direitos. Essa percepção revela como, num contexto de privação extrema, o mínimo de acesso ou de adiamento do trabalho infantil era considerado um privilégio.

Ao estabelecer uma relação com a vida de Celeste, é possível perceber o acirramento de suas condições no contexto rural. Vítima de violência sexual aos 14 anos de idade, viveu uma vida de inúmeras negações, tendo enquanto responsabilidade o sustento familiar junto à seus irmãos e irmãs e sua mãe, como também, ao ser vítima de estupro que gerou sua primeira filha, foi condenada a um casamento forçado com seu abusador, mantendo-se com responsabilidades que não correspondiam a fase vivenciada. Será que diante da imposição de um sistema racista-patriarcal-classista, mulheres negras têm como possibilidade aproveitar de forma digna as diferentes fases da vida?

E desde os 7 anos já limpava o pomar, limpava o quintal. Aqueles quintal enorme para ganhar um litro de leite. Outra era uma dúzia de ovos porque eu sou de uma família de nove irmãos. A gente não tinha calçado, não tinha roupa. Aí eu vim trabalhando. Ia na escola quando dava, interrompia muito, né? Porque tinha que trabalhar. Eu saí no terceiro ano, mais ou menos sem conhecer nada por causa do trabalho. (Celeste)

A herança colonial violenta pautada pela desumanização e a manutenção estrutural da lógica burguesa masculina e embranquecida no seio do sistema capitalista incidiu sobre essas mulheres de diferentes formas. Nesse sentido, a realidade representa as especificidades vivenciadas por mulheres negras que, de forma majoritária, como Celeste e Rita, são introduzidas no trabalho com o peso do sustento familiar nas costas.

A condição de precariedade, vivenciada na zona rural aos 7 anos por Celeste e em uma fábrica de sapatos por Rita de 13 anos, perpetuou-se ao longo dos anos. Realizando um salto na perspectiva laboral, após anos vivenciando o chão de fábrica, Rita, aos 17 anos, realizou um curso técnico em enfermagem como forma de alcançar melhores condições de trabalho e de vida, no entanto, considerando a estrutura racista e patriarcal, a experiência em um hospital majoritariamente branco, nos anos 1980 e 1990, obstaculizou a possibilidade de um trabalho digno, sendo envolto por diferentes formas de violências.

E o hospital é um dos lugares mais racistas. Quando eles descobriram dos riscos (periculosidade), eles começaram a deixar negros e negras serem enfermeiros. Mas não era. No hospital todo só tinha duas. Imagina quando vem uma mulher preta, então, para poder contestar ou para poder fazer. Era terrível. Era terrível. Então assim, é uma história de opressões assim, desde sempre, né? Então, o que acontece com a mulher negra lá mesmo no hospital teve duas mulheres negras que estudaram enfermagem e tal. E de tanta exclusão. Elas foram trabalhar na cozinha, gente. Que doideira. Não precisa nem falar, né? Eles vão te colocando nesse lugar assim naturalmente. (Rita)

Pensar acerca do lugar imposto “naturalmente” para mulheres negras diz respeito analisar o condicionamento sócio histórico que naturaliza a posição de mulheres em espaços precarizados e em posições subjugadas. Esse processo histórico delimita de forma social, econômica, cultural e ideológica quais espaços são passíveis de ocupação para mulheres negras e quais não. A violência às vezes nem tão silenciosa impõe a essas mulheres a necessidade de encontrarem locais que se sintam pertencentes e acolhidas diante da sensação de desamparo em espaços majoritariamente brancos. Como expresso por Gonzalez (2020):

Quando não trabalha como doméstica, vamos encontrá-la também atuando na prestação de serviços de baixa remuneração (“refúgios”) nos supermercados, nas escolas ou nos hospitais, sob a denominação genérica de “servente” (que se atente para as significações a que tal significante nos remete). (Gonzalez, 2020, p.51)

Ao refletir acerca desse fragmento em diálogo com os relatos das participantes é possível perceber que, para além dos obstáculos enfrentados pelas mulheres negras diante do trabalho infantil e da negação da infância - realidade que reflete violentamente no acesso à educação e, logo, no alcance de ocupações mais qualificadas -, quando essa barreira é superada, mulheres negras continuam sendo alvo do racismo violento o qual as expulsam do local conquistado. No caso de Rita, por exemplo, mesmo que em um ambiente profissionalmente mais valorizado como o hospital, diferente de seu primeiro trabalho em uma fábrica de sapatos, enquanto mulher negra continuou relegada aos piores setores e socialmente isolada. Analisando a fala de Rita acerca de suas colegas que, apesar de enfermeiras, retomaram ao espaço da cozinha, é possível perceber a lógica violenta que perpetua a naturalização de mulheres negras na precariedade por gerações, sendo empurradas para espaços invisibilizados.

Nesse caso, Rita fez questão de pontuar que foi parcialmente “protegida” pois sua mãe trabalhava como empregada doméstica na casa dos donos do hospital. A partir dessa observação é possível perceber a intensidade da relação de perpetuação da violência e da opressão que recai sobre mulheres negras impondo espaços desvalorizados. Sendo elas

minimamente respeitadas quando atreladas à um padrão branco e rico. A desumanização de mulheres negras se torna evidente, e o respeito não está relacionado à essas mulheres, mas sim, ao respeito que seus colegas tinham sobre seus patrões brancos. Tendo enquanto referência a mãe como empregada doméstica, Rita, declarou que nunca quis trabalhar enquanto doméstica, pois “ (...) por eu ver a minha mãe sempre muito oprimida dentro de casa de família, eu nunca consegui trabalhar de empregada doméstica. Nunca, nunca.”

Em relação à Celeste, sua trajetória com o trabalho foi atravessada por inúmeras violências e carências, a necessidade de cuidar de seus filhos em um lar extremamente violento, sendo uma mulher negra sem oportunidades resultou na realidade que assola majoritariamente mulheres negras, o trabalho doméstico. Permaneceu trabalhando “em casa de família”, durante anos até participar de um projeto educacional conhecido como “ABC”²⁸, o qual possibilitou que finalizasse seus estudos e cursasse enfermagem. Celeste passou por situações de violência similares à Rita no ambiente hospitalar.

(...) O serviço mais pesado ficava pra gente. Por exemplo, quando tinha um paciente doente, quem lavava éramos nós, enquanto as outras ficavam só separando o remédio, sabe? Só mandando. Mas como é que você vai deixar seu paciente lá, todo sujo, urinado e tal? Aí acabava indo a gente, as ‘negona’. Agora, graças a Deus, separaram esse serviço, foi uma coisa firme dentro do hospital, essa parte a gente não pega mais. Mas eu nem sei se isso pegou mesmo, porque naquela época a gente fazia tudo. (Celeste)

Percebe-se que ambas, em meados dos anos 1980 e 1990, ao procurarem por melhores condições de trabalho, diante de inúmeras privações na infância e na adolescência, encontraram uma possibilidade no ambiente hospitalar. Condição que manteve relações de trabalho constantemente marcadas pela desumanização e perpetuação de violências.

Utilizando do conceito da figura de “doméstica” de Lélia Gonzalez, é possível perceber os traços coloniais que envolvem a relação de mulheres negras nos espaços de trabalho, sendo a “doméstica”, a mucama permitida, e, portanto, “a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas.” (Gonzalez, 2020, p.73). Essa relação violenta se torna evidente, ao perceber a manutenção do lugar de “serventes” a qual elas são incessantemente colocadas nos ambientes de trabalho, visto que, independente da ocupação realizada são impostas aos piores setores, com as piores atividades, “naturalmente”.

²⁸ Projeto ABC, é parte do Programa Nacional de Alfabetização voltado para a alfabetização de crianças, jovens e adultos. Ver mais em: <https://alfabetizacao.mec.gov.br/cursos/246-curso-alfabetizacao-baseada-na-ciencia-abc>

Realizando um salto pelas condições de trabalho atuais, conforme relatado pelas participantes da pesquisa, é possível perceber a perpetuação da precariedade que envolve desde a infância até a vida adulta. Celeste, aos 62 anos, após trabalhar na zona rural, como empregada doméstica e técnica em enfermagem, entre outras ocupações, hoje trabalha nos serviços gerais em uma escola, principalmente no refeitório. As falas que escuta reafirmam a permanência de uma lógica colonial que mantém, ou melhor, tenta manter, mulheres negras em posições invisibilizadas e de subserviência.

Eu trabalho na cozinha na minha escola, sou a única negra, né? Preta assim de cor mesmo, sou eu. E assim eu percebo que eu ali mesmo dos colegas eu sofro muito racismo. Ela vive dizendo ‘ah, não aguento fazer isso, não aguento fazer aquilo’, mas eu fico pensando... eu sou da mesma idade que ela, sou mãe também, tenho a mesma altura... e por que eu aguento? Será que eu gosto de aguentar mais do que ela? (Celeste)

No caso de Rita, é possível perceber um rompimento com a relação com o trabalho formal, visto que, através da relação com os movimentos sociais, principalmente com a Economia Solidária voltada para a geração de trabalho e renda, sustenta-se por meio do artesanato e da atuação como feirante. No entanto, apesar de participar ativamente de um coletivo, majoritariamente feminino, relata que a realidade das mulheres negras nas feiras permanece envolta de violências, violências essas que tentam, constantemente, “lembrá-las que são de uma posição inferior” (Rita). Relatou uma situação que ocorreu recentemente enquanto organizava o seu box para exposição no Mercado Municipal de Juiz de Fora.

(...) estava organizando os boxes, eu estava lá esperando para colocar as gavetas e fui procurar a moça que estava fazendo a limpeza. A moça que estava lá, ajudando a fechar um outro box, olhou para mim e disse: “Ei, vem cá, varre aqui ó.” Eu respondi: “Hã? Não tenho vassoura.” E ela respondeu: “A vassoura está ali, vai pegar e varre aqui.” Eu levei um choque tão grande que fiquei completamente parada.

Percebe-se que, apesar do passar dos anos, as violências são contínuas nas vivências dessas mulheres, em diferentes âmbitos. Sendo a luta por condições dignas de vida, a qual no sistema capitalista é pautado pela venda da força do trabalho, é marcada pela resistente negação do seu entorno, majoritariamente branco sustentado por uma estrutura racista-patriarcal-classista, que aquele não seria o seu lugar. Dessa forma, a relação da opressão/dominação atravessa essas mulheres obstaculizando possibilidades de acesso ao trabalho digno frente a essa estrutura. Elas são impostas ao trabalho enquanto alternativa de sobrevivência familiar, e, sucessivamente em suas vidas, apesar das tentativas, são

impossibilitadas de viver o ambiente de trabalho de forma saudável. Como expresso por Sueli Carneiro:

Em geral, a unidade na luta das mulheres em nossas sociedades não depende apenas da nossa capacidade de superar as desigualdades geradas pela histórica hegemonia masculina, mas exige, também, a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como é o caso do racismo. (Carneiro, 2003, p.2)

As experiências relatadas por Rita e Celeste permitem uma reflexão profunda sobre o lugar social reservado às mulheres negras na sociedade brasileira. Diante dos constantes desafios impostos pela opressão racial e de gênero, surge a questão: como afirmar-se enquanto sujeito digno e merecedor de espaços historicamente negados?

O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas, etc, até à polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado até aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (...) dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (...). No caso do grupo dominado o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos, cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar (González, 1980, p. 232- 233).

No trecho acima Gonzalez aborda uma condição de estratificação territorial, “na divisão racial do espaço” entre brancos e negros. Acredita-se que podemos fazer essa analogia às condições postas no trabalho diante da precariedade reservada à pessoas negras historicamente.

Rita e Celeste representam para além de suas vivências individuais, elas compõem a realidade de mulheres negras brasileiras atingidas pela trajetória histórica de desumanização, violência e opressão. Seus relatos demonstram como, desde a infância, a condição de meninas negras impôs obstáculos ao acesso digno à educação e, portanto, a construção de uma carreira profissional. Para além disso, revelam que, após a conquista de espaços dignos, seguem desafiadas pela estrutura racista-patriarcal-capitalista, ao serem intensamente oprimidas por seus colegas através da negação e desvalorização delas enquanto sujeitos.

3.2.2 O pertencimento no âmbito da educação: “Aqui realmente não é meu lugar”²⁹

²⁹ Fala de uma das participantes.

Ambas abordaram a dificuldade de pertencerem plenamente ao ambiente escolar. Vítimas tanto das opressões raciais e de gênero nas escolas, como também, da evasão escolar por conta do trabalho infantil e da responsabilidade da sobrevivência familiar, Rita e Celeste, relataram as particularidades no âmbito escolar e os obstáculos enfrentados.

Diante da perspectiva interseccional pode-se perceber um sistema de opressões que incidem sobre mulheres negras pela perspectiva de raça, gênero e classe. A relação desses aspectos no âmbito da educação permite se aprofundar acerca de diferentes manifestações que as excluem do ambiente escolar. Compreender os obstáculos que interferem sobre a vivência nas escolas, possibilita problematizar a violência histórica de negação ao acesso à educação, e, conseqüentemente, da impossibilidade de crescimento profissional para mulheres negras.

Nesse sentido, a relação de mulheres negras com a educação é historicamente obstaculizada. O contexto de não inserção de pessoas escravizadas na sociedade em formação pós abolição reflete na atualidade através de lacunas ao acesso à educação plena, entre outros aspectos sociais, econômicos e culturais que impõe às mulheres negras o constante não acesso. Como apresentado por Beatriz Nascimento (2024), essa relação desigual gera diversos prejuízos para as mulheres negras que se encontram desfavorecidas no mercado competitivo.

Numa sociedade como a brasileira, em que elementos arcaicos convivem com o processo de modernização, a educação representa um fator de pressão dos grupos subordinados, visando a melhores condições de vida e ascensão social. (...) Entretanto, pesquisas recentes baseadas nos recenseamentos de 1940, 1950 e 1970 registram que a mulher branca conseguiu maior acesso ao curso superior, diminuindo proporcionalmente a desigualdade entre ela e o homem branco. A realidade não é a mesma quanto à população negra e mestiça, menos ainda em relação à mulher negra. (Nascimento, 2024, p.248)

Os relatos de Rita e Celeste reafirmam essa condição, revelando as múltiplas violências que contribuíram para o afastamento de ambas do ambiente escolar. Trazendo suas particularidades, Rita teve a oportunidade de estudar em uma escola de elite paga pelo patrão de sua, diante da ocupação como empregada doméstica na casa de uma família rica da cidade. No entanto, mesmo com esse “privilegio”, o ambiente majoritariamente branco e racista não permitiu sua permanência. Como relatado por ela:

(...) eu tive a oportunidade de estudar mais um pouquinho. Poderia ter estudado até mais, mas de repente houve o fator racismo na minha vida muito forte. (...) eu acredito que se eu tivesse alguém que me incentivasse mais, talvez que falasse comigo como eu falei com as minhas filhas.

Nesse sentido, sua fala me fez refletir sobre o racismo cotidiano que expulsa pessoas negras de espaços ocupados, principalmente em como essa realidade afeta crianças negras. Pensar acerca da estrutura de uma escola de elite nos anos 1980/90 é pensar em um ambiente que violenta e silencia, quase como uma armadilha para uma criança negra. Como se dedicar em uma escola majoritariamente branca? Como construir um sentimento de pertencimento diante da exclusão, da invisibilização e da opressão?

A construção da identidade e da noção de pertencimento perpassa, portanto, pela violência da branquitude e do estabelecimento do padrão eurocêntrico sem referências negras às quais a criança negra poderia se apegar, reverberando sobre suas vivências e sobre a reprodução de violências sobre si e sobre seus pares. Através da dissertação de mestrado de Santos (2024) que aborda a “A construção da identidade da criança negra no espaço escolar atravessado pela branquitude.”, é possível refletir sobre o papel central das escolas na construção da percepção das crianças sobre si e seu entorno, sendo denunciado pela pesquisadora a reprodução da branquitude nas escolas caminhando de forma contrária a promoção da pluralidade e a diversidade étnica e sociocultural.

A instituição escolar desempenha um papel crucial na formação da identidade do “eu” e na percepção do “outro”, evidenciando quem exerce poder e quem possui espaço para se expressar, reconhecemos que a cultura branca predominante uniformizou os ambientes educacionais, resultando em uma valorização limitada ou inexistente das outras culturas. (Santos, 2024, p.24)

Reafirmar o papel da escola para a “(...) formação da identidade, na valorização da autoestima e no reconhecimento do outro” (Santos, 2024, p.24) demonstra o acirramento das violências vivenciadas por crianças negras. Portanto, esse cenário não diz respeito apenas à construção de obstáculos de inserção no mercado de trabalho, mas revelam o abismo entre mulheres negras e mulheres brancas diante da perpetuação da exclusão de mulheres negras em diferentes âmbitos sociais e da inibição do sentimento de pertencimento nesses diferentes espaços. É possível notar que esses atravessamentos na infância marcaram sua experiência de forma profunda, visto que, mesmo após cinco décadas Rita relembra com clareza os episódios de violência e de não pertencimento vividos naquele espaço.

Eu não me sentia à vontade para participar de nada. Era outra realidade, é difícil para mim. Não tem como te passar. Eles eram filhos das patroas. Você não podia tocar em nada na casa. Chegava lá todo encolhido. Eu ia pra biblioteca. Eles tinham televisão. Eu via televisão da gretinha. Eles iam pra Disney. Eu não ia.

Nesse sentido, após relatar um dos episódios de intensa violência³⁰ que marcaram sua infância em uma escola embranquecida, Rita revela que começou a apresentar sintomas físicos sempre que precisava ir para a escola. Apesar do sofrimento, viveu essa realidade em silêncio, diante da ausência de referências e apoio ao seu redor. Como ela mesma relata: “Tava na hora de ir pra escola, eu passava mal. Eu dava febre, eu vomitava. Mas não falei com ninguém, para quem contar, né?”

Ao ser matriculada em outra escola, menos elitizada, conseguia perceber pessoas mais parecidas com ela em seu entorno, no entanto, as opressões perpetuaram dentro e fora daquele espaço. Fez questão de destacar a ocultação da pauta racial diante do contexto da Ditadura Civil Militar, o que contribuiu para o agravamento de sua relação com as violências vivenciadas na escola, tornando gradativamente mais violentas e invisibilizadas. Esse contexto, resultou na dificuldade de acompanhar o ritmo escolar, principalmente, quando aos 13 anos foi introduzida ao trabalho infantil.

Era proibido falar de racismo. Ninguém falava de racismo. Mas aí a coisa vai te massacrando, te massacrando, e de repente você vai olhando assim e fala: “Realmente, aqui não é o meu lugar.” Aí você vai se excluindo.(...) Depois disso, nós fomos morar com uma tia minha e ela já me colocou logo para trabalhar. Porque tinha que trabalhar, e a minha mãe não concordava. Lá no bairro tinha muita fábrica. Aí ela pegou autorização de menor, porque não podia na época, e me colocou na fábrica.

Para Celeste a relação com a educação foi interrompida precocemente, sua trajetória marcada pelo trabalho infantil desde os 7 anos resultou na evasão escolar por conta da luta pela sobrevivência em um lar de extrema pobreza. “Aí eu vim trabalhando. Ia na escola quando dava, interrompia muito, né? Porque tinha que trabalhar. Eu saí no terceiro ano (fundamental), mais ou menos sem conhecer nada por causa do trabalho.”

Atenta-se portanto, para as consequências da pobreza sobre crianças negras, visto que essa condição “faz com que as crianças ingressem no trabalho para complementar a renda familiar, perpetuando um ciclo de baixa escolaridade e aumentando a evasão escolar, o que compromete o futuro desses jovens e de suas famílias.” (Tostes; Gonçalves, 2025, p.565)

Essa condição sócio-histórica de violação de direitos e exclusão sistemática, como expresso por Gonzalez, contribui para a formação de uma juventude negra sobrevivente e revoltada que, cerceada de suas possibilidades, encontra na precariedade estratégias de subsistência.

³⁰ Nesse momento optei por não utilizar o relato da violência sofrida nesse episódio, apesar de estar autorizada, pois acredito que estaria fazendo com que essa experiência fosse revivida. Revitimizando a entrevistada, mas também, todas as pessoas que passaram por situações parecidas.

Certamente o futuro que aguarda aqueles que sobrevivem será, para os jovens negros, a revolta diante da falta de oportunidades que uma sociedade racista procura reforçar segundo os mais variados estereótipos (“negro é burro, incapaz intelectualmente, preguiçoso, irresponsável, cachaceiro” etc. etc.). Para as jovens negras, o trabalho doméstico nas casas de família da classe média e da burguesia, ou então a prostituição aberta e a mais sofisticada dos dias atuais: a profissão de mulata.” (Gonzalez, 2020, p.41)

Esse fragmento de Gonzalez, dialoga fortemente com os relatos de Celeste, visto que, ao ser inserida no trabalho infantil, sua única alternativa para se manter foi através do trabalho doméstico. “Aí foi eu que comecei o trabalho doméstico, não tinha estudo, não tinha nada, né? Então comecei a trabalhar em casa de família.” (Celeste)

Vítima de violência doméstica e sexual, Celeste relatou a fragilidade de sua infância, marcada pelo período dos 14 até aproximadamente os 30 anos, em que se viu presa em um casamento com seu agressor, do qual era financeiramente dependente. Sem possibilidades de garantir sua subsistência e de seus filhos, se manteve firmemente em seu relacionamento como forma de sobreviver. Essa condição apresenta uma das violências às quais mulheres negras estão expostas ao serem constantemente negadas do acesso à autonomia. A dependência de seus parceiros, reflete, na impossibilidade de decidirem sobre seu destino.

Quando se viu livre do agressor, Celeste retomou seus estudos a partir do Educação para Jovens e Adultos (EJA) no final dos anos 1990, no entanto, relatou que “Não conseguia acompanhar eles, foi tanto sofrimento que eu esqueci, esqueci como ler e tal” (Celeste). Recorreu, portanto, ao Projeto ABC, voltado para a alfabetização. A retomada aos estudos permitiu realizar o curso de enfermagem, e apesar do atravessamento das opressões que estão firmes na estrutura societal capitalista, Celeste conseguiu cursar enfermagem na tentativa de melhores condições de trabalho.

Assim, percebe-se a vivência marcada a ferro por inúmeras violências que criaram obstáculos para o acesso pleno à educação. Para além da própria realidade abordada, Celeste também anuncia a preocupação sobre seus filhos, visto que, por conta do trabalho, não conseguia se manter presente em seus processos de aprendizagem.

Eu cuidei dos filhos do patrão, esse virou doutor. E os meus filhos, que eu não cuidei, que eu não passei nenhum Natal com eles... hoje eu tenho um filho alcoólatra. Entendeu? Eu queria ter uma faculdade, mas não tinha condições, não tinha nem tempo de levar os meus filhos na escola. Então, nosso filho vira marginal.

Celeste toca na ferida de um ciclo violento vivenciado majoritariamente por mulheres negras. Seus relatos não dizem respeito a um caso isolado, mas se repete na vida de mulheres

negras, minando as possibilidades e impondo uma série de obstáculos para uma vida digna. O trabalho infantil, a evasão escolar, a violência doméstica, ausência de autonomia financeira, e a vivência da maternidade solo são expressões de um sistema que racializa e hierarquiza, sendo as mulheres negras, atropeladas constantemente pelas estruturas que realizam a manutenção do sistema de classes.

Essa lógica resulta na luta pela sobrevivência, e, portanto, na dificuldade dessas mulheres, a partir de condições concretas, de sonharem e de construírem um futuro melhor e mais digno para si e para sua família.

Ambas as participantes reconhecem a educação como a única oportunidade real para que a população negra conquiste uma vida digna, e lamentam pela falta da perspectiva de futuro na infância que as impediam de vislumbrar outros caminhos para além da precariedade. Como relatado por Rita, “Então, eu não tinha referência nenhuma, quer dizer, tinha referência, mas era da minha mãe, e ela não sabia ler. Então, o sonho dela era que eu aprendesse a ler. Quando eu aprendi a ler, foi uma emoção, sabe?” É possível neste fragmento identificar o movimento dialético entre o passado e presente, visto que, a partir da negação do acesso para pessoas negras de quaisquer direitos após o período escravagista, mantém-se o ciclo de precariedade para as próximas gerações, minando as possibilidade de futuro para seus pais, e logo, para seus filhos.

Dessa forma, embora os relatos de Rita e de Celeste façam referência à infância de jovens negras nos anos 1980 e 1990, é possível pontuar como suas experiências dialogam facilmente com a juventude negra de hoje, revelando como que a violação do acesso à educação de pessoas negras perpassa gerações.

Essa realidade segue gritante para a população negra brasileira, visto que, a partir de pesquisas realizadas pelo IBGE, , é possível perceber a disparidade do acesso ao ensino para pessoas negras em comparação com pessoas brancas. Segundo dados de 2023, no grupo etário de 14 a 29 anos, 9,0 milhões não completaram o ensino médio. Desses, 58,1% eram homens e 41,9% eram mulheres. Considerando-se cor ou raça, 27,4% eram brancos e 71,6% eram pretos ou pardos. As principais motivações para a evasão escolar foram a necessidade de trabalhar e a gravidez. (IBGE, 2024)

Quando realiza-se um recorte acerca do acesso ao ensino superior, entre a idade de 18 a 24 anos, o cenário permanece marcado pela desigualdade alarmante de acesso, visto que, 70,6% dos jovens pretos e pardos deixaram os estudos sem concluir o ensino superior, para pessoas brancas o índice é de 57%.

Essa realidade representa a perpetuação da precariedade da juventude negra no Brasil, que assim como seus pais, seguem submetidos à precárias condições de vida. Essa condição se materializa em pessoas sem oportunidade de se dedicarem plenamente à educação, sendo portanto impostas ao trabalho precário como forma de lutar pela sobrevivência, mantendo o ciclo de precariedade vivo.

3.2.3 Os movimentos sociais na luta pelo futuro digno de pessoas negras: “Precisa ensinar para o adolescente negro que ele é capaz”³¹

Um elemento latente durante toda a conversa foi sobre a necessidade da educação e da noção de pertencimento para que seja possível alguma mudança para pessoas negras. Rita e Celeste, colocaram a necessidade da conscientização para que jovens negros possam perceber seu lugar no mundo, visto que, como pontuado por Celeste “(...) vão sendo colocados como inferior (...)”.

Para Rita e Celeste, a conscientização se deu através de movimentos sociais que permitiu o olhar atento para as violências que as atravessaram. Rita relata que antes de participar dos movimentos sociais não conseguia perceber profundamente as violências que a atingiam, sendo silenciada fortemente pelo entorno e logo por si mesma.

E quando eu comecei a ir no movimento negro, participar do G-Afro, que as pessoas começaram a falar sobre ser negro. Aí eu fui percebendo as falas assim, por exemplo, na época alisava o cabelo. Então teve um médico que um dia puxou meu cabelo, falou que era peruca que eu tava usando. (Rita)

Durante anos de militância foi possível se fortalecer enquanto mulher negra, compreendendo toda a estrutura que mantém mulheres negras na precariedade, e se afastando da culpabilização individual. Entende que as condições postas para ela são parte de um processo maior, como colocado “Tem um projeto do Brasil. E esse é o projeto da escravidão contínua.” (Rita). Em suas falas, percebe a atuação dos movimentos sociais junto à educação e cultura enquanto saídas para questionar as imagens comumente atreladas à pessoas negras no Brasil.

Para Celeste a relação com os movimentos sociais iniciou-se já na vida adulta. Ao ser convidada a analisar o mundo ao seu entorno, pontua a importância dos negros irem conscientizando a si mesmos, porque a população negra continua sendo massacrada. Hoje é atuante no Movimento de Mulheres em Luta, e também no Sindicato pela Educação.

³¹ Fala de uma das participantes.

Reafirmando a relação das participantes com os coletivos negros e a oportunidade de se encontrar entre os seus, percebe-se a necessidade do olhar do feminismo negro. O movimento de mulheres negras ao longo da história, ao tomarem para si a responsabilidade de aprofundar os estudos sobre suas violências, demandas e cultura na construção da sociedade contribuiu na visibilidade das vivências cotidianas e mobilizou um processo de luta. Recorre-se assim brevemente, a história do feminismo negro e a sua urgência para a organização das mulheres negras e a desnaturalização da subjugação estruturante da sociedade de classes, repensando as estruturas sociais e a perpetuação da desigualdade de gênero e raça.

Como nos apresenta bell hooks (1981), diante dos anos de inúmeras violências, subjugação, desumanização e exploração, as mulheres negras possuíam diferentes vivências e pautas para explorar nos espaços de discussões, porém eram excluídas diante das organizações feministas embranquecidas, urgindo a necessidade de organização própria.

As mulheres negras do século XIX estiveram mais conscientes da opressão sexista do que qualquer outro grupo feminino da sociedade americana tivesse estado. Não foram apenas o único grupo feminino mais vitimizado pela discriminação sexista e pela opressão sexista, a sua impotência era de tal forma resistente que dificilmente podia tomar a forma de ação coletiva organizada. O movimento de direitos de mulheres do século XIX podia ter providenciado um fórum para que as mulheres negras exprimissem as suas queixas, mas o racismo das mulheres brancas impediu-as de participarem de forma total no movimento. (hooks, 1981, p.116)

No contexto brasileiro, alguns nomes marcam a trajetória do feminismo negro como Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Conceição Evaristo, Cida Bento e Beatriz Nascimento, cujas obras inauguraram a perspectiva de mulheres negras em diferentes espaços brasileiros, viabilizando a existência e importância do olhar e do reconhecimento dessas mulheres nas artes, na literatura, na cultura e em produções científicas.

O fato é que, enquanto mulher negra, sentimos a necessidade de aprofundar nessa reflexão, ao invés de continuarmos na reprodução e repetição dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais. Os textos só nos falavam da mulher negra numa perspectiva sócio-econômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais. Mas ficava (e ficará) sempre um resto que desafiava as explicações. E isso começou a nos incomodar. Exatamente a partir das noções de mulata, doméstica e mãe preta que estavam ali, nos martelando com sua insistência... (Gonzalez, 1984, p.225)

Portanto, o caminho redesenhado por potências negras focado na centralização das opressões, violências e exploração, mas também, dos saberes, cultura e literatura de mulheres negras construiu a possibilidade de protagonizar esses sujeitos na lógica capitalista enquanto

intensamente violentados pelo capital, sem acesso à direitos, à voz e sujeitos a marginalização de seus corpos.

Assim, é possível perceber o movimento de inserção nos movimentos sociais de Rita e Celeste enquanto alternativa possível, principalmente por conta da efervescência nos anos 1980 e 1990 do feminismo negro. Esse cenário permitiu a compreensão da sua realidade, visto que, anterior a construção de coletivos negros, não havia espaços críticos e de valorização cultural para elas. Esses espaços, ainda que marcados por contradições, representam a possibilidade de se organizarem social e politicamente, reafirmando a resistência e a luta de mulheres negras a partir do compartilhamento de suas vivências particulares no seio de uma sociedade racista-patriarcal-classista.

Esses movimentos permitem questionar a culpabilização individual e entender a estrutura que condiciona mulheres negras à uma realidade violenta e invisibilizada. Celeste afirma que nunca se culpabiliza pelas suas condições. Como colocou: “(...) é eu não me culpo não, porque eu sei que com a circunstância da vida de eu ser mãe cedo me impediu de estudar. Tanto que assim que eu pude voltar a estudar eu voltei.”

Portanto, os espaços coletivos de luta, possibilitam retomar as perspectivas de futuro que são comumente negadas durante a infância, a possibilidade de sonhar e de se colocar em lugares historicamente negados, fortalece a relação de pessoas negras com seu entorno, resgatando sua autoestima, identidade e pertencimento. O retorno aos estudos por Celeste, no curso de pedagogia, foi apresentado enquanto a realização de um sonho. E para Rita, a atuação em movimentos sociais a possibilitou trabalhar com artesanato, gerando sua própria renda e ocupando hoje um espaço mais valorizado na cidade.

Ambas as participantes analisam o movimento negro de forma crítica, pontuando a necessidade de se reinventar e dialogar amplamente com a camada periférica. Enxergam que a atuação do movimento negro acessa principalmente os membros já atuantes, precisando de novas estratégias para alcançar a juventude negra, como também, as mulheres e homens da periferia os quais são atravessados pela violência cotidiana e são condicionados a se manterem à margem.

Então, o movimento negro precisa ensinar pro negro que ele é negro. Principalmente ensinar pra mulher negra que ela não é só objeto sexual. Que ela não é só mãe, que ela não é só esposa, dona de casa. O adolescente negro, que ele é capaz, ele é, entendeu? Por exemplo, eu vi no Instagram meu filho lá no espaço cantando hip hop. Eu chorei. Porque, assim, você fica pensando: "Meu Deus do céu, graças a Deus." Agradeço primeiro a Deus, e depois a capoeira. (Rita)

Para além do relato acerca do movimento social, e do seu papel de ampliar a percepção de mundo de pessoas negras, rompendo com a narrativa dominante embranquecida e fortalecendo suas identidades, redes e afetos, outro aspecto que chama atenção é o papel da capoeira, que, na visão de Rita, teve impacto na construção de vida de seu filho. Percebe-se portanto, que o acesso à cultura se apresenta enquanto uma ferramenta poderosa para a identificação desse sujeito, sendo um potencial para a liberdade dos jovens negros de um ciclo de marginalização e, promovendo entre os seus, a possibilidade de sonhar e lutar por um futuro digno.

Seguindo para uma autoavaliação no contexto do mercado de trabalho atual, Rita relata que “vê uma luz na metade do túnel”, visto que, diante da sua atuação de feirante pela Economia Solidária e o acesso ao Mercado Municipal de Juiz de Fora não realiza mais feiras nas ruas, tendo acesso a uma estrutura melhor e a melhores condições de trabalho.

Para Celeste, a relação com o trabalho segue marcada pelos atravessamentos sentidos desde a infância, e, por tanto, para ela não ocorreram mudanças significativas na sua relação com o trabalho.

Eu tenho que lutar todos os dias, então não vejo diferença não, não modificou nada. Minha condição não vai mudar como mulher negra, eu sendo massoterapeuta, eu trabalhando na cantina, eu estudando Pedagogia. Ainda vejo muito preconceito, não consigo ver a luz no fim do túnel ainda não. Enquanto eu tiver que lutar para sobreviver não vejo mudança. (Celeste)

Nesse sentido, apesar das percepções individuais diferentes da relação com o trabalho atual, a atuação nos movimento negro propocionou o localizar dessas mulheres nas intersecções de raça, gênero e classe, apontando como essas dimensões se entrelaçam e moldam as experiências únicas de opressão e resistência. Se apresentou enquanto forma de desafiar as narrativas dominantes, alertando sobre os aspectos de uma sociedade racista-patriarcal e tomando para si a responsabilidade de falar sobre os seus.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da reflexão realizada por Audre Lorde (2019), é essencial perceber a capacidade de mobilização que ocorre através das palavras. O incômodo, o questionamento e a análise crítica, constroem a possibilidade real de mudanças. O silêncio nunca protegeu ninguém, e a partir da leitura coletiva acerca da totalidade social, pode-se encontrar as palavras adequadas para descrever o entorno que ocupamos. O percurso traçado até a conclusão deste trabalho, foi construído a fim de encontrar as palavras que descrevam a relação de mulheres negras com o trabalho precário, sendo impossível resumir a complexidade que envolve essa relação.

Os atravessamentos que reverberam sobre essas mulheres condicionam a vivência pautada na violência, na subjugação e na miséria. Submetidas às dinâmicas de exploração e de alienação da força de trabalho, percebe-se a intensificação dessas condições diante das determinações de raça e gênero. A desumanização histórica, introduzida especialmente no período colonial, representa na atualidade a invisibilização de mulheres negras, sendo as figuras atribuídas a elas nesse período, atualizadas e representadas por diferentes moldes de acordo com a funcionalidade para o sistema do Capital.

Os conceitos de divisão racial e sexual do trabalho, foram fundamentais para compreender a funcionalidade da manutenção da ideologia racista e patriarcal que mantém a naturalização de mulheres racializadas na pobreza. A partir de uma análise da totalidade deve-se reconhecer a negação histórica do acesso aos direitos para pessoas negras, negando discursos meritocráticos que culpabilizam esses sujeitos. Ao contrário, é preciso reafirmar o lugar de mulheres negras enquanto seres históricos, alvos de violências, mas também símbolo de resistência e luta.

Para isso, foi fundamental partir da perspectiva materialista-histórico-dialética, reafirmando a totalidade da vida social e as múltiplas intersecções que atingem mulheres negras, entendendo a complexidade dessa construção e recusando uma visão fragmentada do que significa ser uma mulher negra no Brasil. Ancorada em um referencial teórico interseccional, marxista e afrocêntrico, que articula conceitos da teoria do feminismo negro, do feminismo marxista e das ciências sociais críticas o debate se aprofunda nas particularidades da relação de mulheres negras com o trabalho precário no seio de uma sociedade racista-patriarcal-classista.

Compreende-se a centralidade do trabalho para subsistência no seio de uma sociedade capitalista, e as lacunas estruturais que envolvem o processo de inserção de mulheres negras

no mercado de trabalho. A construção histórica brasileira, seus aspectos sociais, econômicos, culturais e ideológicos, e a perpetuação de determinantes que compõem a estrutura capitalista, racista e patriarcal, como também o acirramento dessas condições diante do avanço neoliberal, representado no mercado de trabalho através da flexibilização, informalidade e retrocesso referente aos direitos trabalhistas conquistados, são agravados nos contextos de mulheres negras que ocupam majoritariamente postos de trabalhos mais precarizados.

A invisibilidade, subjugação e marginalização produzida e reproduzida no seio da sociedade capitalista, se apresenta enquanto uma estratégia do sistema para determinar quais corpos podem ser violados sem escândalo. E, apesar da condição de violência intensificada diante dos determinantes que envolvem a vivência de mulheres negras, é essencial ressaltar a resistente luta pela sobrevivência digna travada por essas mulheres.

Portanto, apesar da estrutura social racista-patriarcal-classista operar sistematicamente em prol da negação da existência digna dessas mulheres, devemos reconhecê-las enquanto agentes coletivos de mudanças. São elas que, apesar da precariedade e da violência, constroem alternativas de trabalho, de resistência e de afeto, identificando e criando oportunidades que não visam apenas a sobrevivência, mas que permitam experienciar uma vida digna, condição que, diante da sociedade racista-patriarcal-classista só poderia ser alcançada em sua plenitude através da emancipação social e política.

5. REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Por uma formação antirracista no Serviço Social: reflexão orientativa da diretoria da ABEPSS para o ABEPSS Itinerante**. Texto produzido pela professora Maria Helena Elpídio (UFES). 2024. Disponível em: <https://abepss.org.br>. Acesso em: 8 jan. 2025.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 11. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho?** Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho, São Paulo, 28 e 29 nov. 2008.

ANTUNES, Ricardo. **Trabalho e precarização numa ordem neoliberal**. In: DIAS, Sônia M.; GENTILI, Pablo (Org.). *La ciudadanía negada: políticas de exclusión en la educación y el trabajo*. Buenos Aires: CLACSO, 2000. Cap. II.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; LOMBARDI, Maria Rosa. **Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do início do século XXI**. *Cadernos de Pesquisa*, v. 43, n. 149, p. 452-477, maio/ago. 2013.

ASSIS, Dayane N. Conceição de. **Interseccionalidades**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019.

BARROSO, Milena Fernandes. **Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista**. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 133, p. 446-462, set./dez. 2018.

BBC. **As mulheres escravizadas submetidas a experimentos sangrentos que viraram as “mães da ginecologia”**. *G1*, Rio de Janeiro, 15 nov. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/noticia/2024/11/15/as-mulheres-escravizadas-submetidas-a-experimentos-sangrentos-que-viraram-as-maes-da-ginecologia.ghtml>. Acesso em: 11 ago. 2025.

BEHRING, E. R. **Expressões Políticas da Crise e as Novas Configurações do Estado e da Sociedade Civil**. In: BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. (Org.). *Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais*. 1. ed. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. v. 1, p. 69-86.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Fundamentos de política social**. Versão revista do trabalho *Abordagens da política social e da cidadania*, publicado em 2000 no Módulo 3 – Política Social – do Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Brasília, DF: CFESS; ABEPSS; CEAD/UnB; Departamento de Serviço Social da UnB, [2000].

BILIONÁRIOS 2025: **alta do dólar reduz brasileiros da lista da Forbes de 69 para 55**. *Forbes Brasil*, São Paulo, 1 abr. 2025. Atualizado há 3 meses. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2025/04/bilionarios-2025-alta-do-dolar-reduz-brasileiros-da-lista-da-forbes-de-69-para-55/>. Acesso em: 8 jul. 2025.

BRAH, A. **Diferença, diversidade, diferenciações**. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, jan./jun. 2006.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Boletim sobre a desigualdade racial no mercado de trabalho**. Novembro de 2024. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/o-pdet/boletim-des-igualdade-racial/BoletimsobreadesigualdaderacialnomercadodetrabalhoVF.pdf?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 6 mar. 2025.

CARNEIRO, S. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Rio de Janeiro: Takano Editores, 2003.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Moraes dos. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

CHAI, Cássius; MORAES, Vitor; SOUSA, Karine; RAMOS, Fernanda. **Interseccionalidades da escravidão contemporânea da mulher negra à luz do pensamento decolonial: trabalho, determinantes e desigualdades sociais.** Cad. EBAPE.BR, v. 21, nº 3, Rio de Janeiro, 2023.

CRENSHAW, Kimberle. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero.** *Estudos Feministas*, ano 10, v. 1, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 fev. 2025.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **O trabalho doméstico 10 anos após a PEC das Domésticas.** *Estudo e Pesquisa*, n. 106, abr. 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2023/estPesq106trabDomestico.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2025.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **20 de novembro – Dia da Consciência Negra: boletim especial – Apesar dos avanços, desigualdade racial de rendimentos persiste.** São Paulo: DIEESE, 2024. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2024/conscienciaNegra.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2025.

DUTRA, Guilherme Pessoa. **A construção do negro enquanto um não-ser na modernidade: a fábrica de sujeitos raciais e suas implicações para as engrenagens do capitalismo no ontem e no hoje.** *Germinal: marxismo e educação em debate*, Salvador, v. 14, n. 2, p. 107-130, ago. 2022.

ELPIDIO, Maria Helena; SILVA, Meyrieli de Carvalho. **Questão racial, eugenia e moralização da “questão social”: um debate necessário para o serviço social brasileiro.** In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 9.; ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 16., 2023, Vitória, ES.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico (1877).** Edição eletrônica: Ed. Ridendo Castigat Mores. eBooksBrasil.com, 1999.

EVARISTO, Conceição. **Independência do Brasil: uma pátria de muitos gritos**. In: SANTOS, Hélio (org.). **A resistência negra ao projeto de exclusão racial: Brasil, 200 anos (1822-2022)**. São Paulo: Jandaíra, 2022.

FARIAS, Drielly Tenório Marinho. **O sentido de liberdade na sociedade capitalista a partir da perspectiva marxiana**. 2017. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Serviço Social, Maceió, 2017.

FAUSTINO, Deivison. **O mal-estar colonial: racismo e o sofrimento psíquico no Brasil**. Clínica & Cultura, São Cristóvão, v. 8, n. 2, jul./dez. 2019.

FERRAREZ, Cynthia Santos. **A contrarreforma do Estado brasileiro e seus impactos nas políticas sociais**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL – ENPESS, 17., 2022: ABEPSS, 2022.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. São Paulo: Global Editora. 4. ed., 2009.

_____. **A integração do negro na sociedade de classes**. 6. ed. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021.

FILGUEIRAS, Luiz. **O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico**. En publicación: **Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales**. BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Ago. 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, ANPOCS, v. 6, p. 223-244, 1984.

_____. **Por um feminismo latino-americano**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALGH, Carlos. **Lugar de negro**. São Paulo: Zahar, 2022.

GRAELL, Fernanda; MORGANTI, Maria Carolina; NOVO, Daniella; BRAGA, Ludmilla; CARIOCA, Aílton. **Mães negras e com baixa escolaridade são maiores vítimas em casos de violência obstétrica, diz pesquisa da Fiocruz**. G1, Rio de Janeiro, 8 jul. 2024. Disponível em:

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/07/08/maes-negras-e-com-baixa-escolaridade-de-sao-maiores-vitimas-em-casos-de-violencia-obstetrica-diz-pesquisa-da-fiocruz.ghtml>.

Acesso em: 11 ago. 2025.

GUERRA, Yolanda. **A dimensão investigativa no exercício profissional**. In: _____. **Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Rio de Janeiro, 2009.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 43, p. 26-44, nov. 1995.

HIRATA, Helena. **O trabalho de cuidado: comparando Brasil, França e Japão**. SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo, v. 13, n. 24, p. 53–64, dez. 2016.

HOOKS, Bell. **Não sou eu uma mulher? Mulheres negras e feminismo**. Tradução livre para a Plataforma Gueto, jan. 2014. 1. ed. 1981.

IBGE. **PNAD Contínua: uma em cada quatro mulheres de 15 a 29 anos não estudava e nem estava ocupada em 2023**. Editoria: Estatísticas Sociais. Luiz Bello; Vinícius Britto. Arte: Licia Rubinstein. Rio de Janeiro: IBGE, 22 mar. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39531-uma-em-cada-quatro-mulheres-de-15-a-29-anos-nao-estudava-e-nem-estava-ocupada-em-2023>. Acesso em: 2 ago. 2025.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais**. Brasília, 2013.

IANNI, Otavio. **Raças e classes sociais no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades e Estados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>. Acesso em: 8 jul. 2025.

LAMEIRAS, Maria Andreia Parente; FERNANDES, Leo Veríssimo; PADILHA, Gabriela Carolina Rezende. **Desempenho recente do mercado de trabalho**. Carta de Conjuntura, nº 67, Nota de Conjuntura 22, 2º trimestre de 2025. Brasília: Ipea, 2025.

LIMA, Nathalia Diorgenes Ferreira. **Preto é o lugar onde eu moro: o racismo patriarcal brasileiro**. Revista Katálisis, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 242–251, maio/ago. 2022.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider: ensaios e conferências**. 1. ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. Tradução de Stephanie Borges.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução, apresentação e notas de Jesus Ranieri. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MOURA, Adriana Borges Ferro; LIMA, Maria da Glória Soares Barbosa. **A reinvenção da roda: roda de conversa, um instrumento metodológico possível**. Interfaces da Educação, Paranaíba, v. 5, n. 15, p. 24-35, 2014.

MOURA, Bruno de Freitas. **Desemprego e a informalidade de pretos e pardos estão acima da média: mulheres também têm desocupação maior que a taxa nacional**. Agência Brasil, Rio de Janeiro, 14 fev. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-02/desemprego-e-informalidade-de-pretos-e-pardos-e-acima-da-media-do-pais>. Acesso em: 29 jul. 2025.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. 4. ed. São Paulo: Editora Anita, 1993.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Ática, 1988.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2024.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Beatriz. **A mulher negra no mercado de trabalho**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 246-251.

NASCIMENTO, Sara Diniz. **Precarização do trabalho feminino: a realidade das mulheres no mundo do trabalho. Precarization of female work: the reality of women in the world of work**. Brasília, ano 14, n. 28, p. 39-56, jul./dez. 2014.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expansão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Biblioteca básica de serviço social).

PARKINSON, Justin. **Sarah Baartman: a chocante história da africana que virou atração de circo**. G1, Rio de Janeiro, 11 jan. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/01/sarah-baartman-a-chocante-historia-da-africana-que-virou-atracao-de-circo.html>. Acesso em: 11 ago. 2025.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RACIONAIS MCS. **A vida é desafio**. Nada Como um Dia Após o Outro Dia, 2002. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/racionais-mcs/66802/>. Acesso em: 8 jul. 2025.

SANTOS, Ana Paula dos. **A construção da identidade da criança negra no espaço escolar atravessado pela branquitude**. 2024. Dissertação (Mestrado em Relações Étnico-Raciais) – CEFET/RJ, Rio de Janeiro, 2024.

SILVA, Sandra Regina Vaz da. **Passado presente: racismo e capitalismo na particularidade da formação social brasileira**. SER Socialcomunicações e Políticas Sociais, Brasília, v. 27, n. 56, p. 261-281, jan./jul. 2025. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/46522/41740.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

TANABE, Gabriela. **A escravizada Anastácia: santa e heroína**. Abayomi Juristas Negras, 12 maio 2020. Disponível em: <https://www.abayomijuristasnegras.com.br/post/a-escravizada-anast%C3%A1cia-santa-e-hero%C3%ADna>. Acesso em: 11 ago. 2025.

TOSTES VIEIRA BOLCKAU, Letícia; GONÇALVES DE MATTOS, Letícia. **Educação ou sobrevivência? O dilema do trabalho infantil no Estado do Rio de Janeiro (2019–2022)**. Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, Rio de Janeiro, n. 28 especial (Dossiê – I SEERJ e III SEF), abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Mulheres negras são as maiores vítimas em casos de violência**. Notícias UFJF, Juiz de Fora, 24 nov. 2023. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2023/11/24/mulheres-negras-sao-as-maiores-vitimas-em-casos-de-violencia/>. Acesso em: 11 ago. 2025.

VILELA, Pedro Rafael. **Mulheres negras são 65% das trabalhadoras domésticas no país**. Agência Brasil, 27 abr. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-04/mulheres-negras-sao-65-das-trabalhadoras-domesticas-no-pais>. Acesso em: 19 fev. 2025.